



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026
(Lei 14.133/2021)

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO	UNIDADE GESTORA (UASG): 926495	
PROCESSO Nº: 2025/126980	CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL por LOTE	
MODO DE DISPUTA: ABERTO	REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Unitário	
EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADA: Licitação Mista		
ORÇAMENTO SIGILOSO: SIM		
FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado através do Banco do Brasil, conforme disposto no Decreto Estadual nº 62.867/2017.		
OBJETO		
Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos médicos a serem distribuídos para as unidades ambulatoriais do Tribunal de Justiça na Capital e no Interior da 2ª a 10ª RAJ, por LOTES, conforme especificações constantes no Anexo I.		
PRAZOS		
DATA DO INÍCIO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:	A partir da divulgação no PNCP	
SESSÃO PÚBLICA		
LOCAL	DATA	HORA
www.compras.gov.br	23/02/2026	11:00
DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL		

O Edital está disponível no **Portal Nacional de Contratações Públicas** (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), no **Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** (<https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl>), e no **Portal de Compras do Governo Federal** – (www.compras.gov.br).

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Provimento CSM nº 2.724/2023	https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/213357
Resolução CNJ nº 7/2005	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/187
Resolução CNJ nº 9/2005	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=189
Resolução CNJ nº 181/2013	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=1873
Resolução CNJ nº 207/2015	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2189
Resolução CNJ nº 229/2016	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2300
Resolução CNJ nº 351/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557

Torna-se público que o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por meio do Portal de Compras do Governo Federal, realizará licitação na modalidade “**PREGÃO**”, do tipo “**MENOR PREÇO**”, na forma “**ELETRÔNICA**”, modo de disputa “**ABERTO**”, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Provimento CSM nº 2724/2023, desta Corte, Resoluções do Conselho Nacional de Justiça nº 7/2005, 9/2005, 181/2013, 207/2015, 229/2016 e 351/2020, além das regulamentações estaduais, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte integrante para todos os fins de direito:

Anexo	Descrição
Anexo I	Termo de Referência
Anexo I-A	Endereços de Entrega
Anexo I-B	Catálogo de Materiais (CatMat)
Anexo I-C	Modelo de Proposta de Preços
Anexo II	Declaração Unificada – Lei 14.133/2021
Anexo III	Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados
Anexo IV	Minuta do Contrato

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos médicos a serem distribuídos para as unidades ambulatoriais do Tribunal de Justiça na Capital e no Interior da 2ª a 10ª RAJ, por **LOTES**, conforme especificações constantes no **Anexo I**.
- 1.2. **Catálogo de Materiais (CatMat)**: conforme **Anexo I-B**.
- 1.3. A licitação será realizada em 3 (três) Lotes, formados por mais de um item, conforme especificado no Termo de Referência (**Anexo I**), devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem o respectivo Lote.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. Exclusivamente para o **LOTE 2** (Mobiliário Hospitalar) e **LOTE 3** (Suprimentos Ambulatoriais) enumerado no **Anexo I**, somente poderão participar empresas que se enquadrem, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**, na condição de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no **item 2.1** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 2.5. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. Para o **LOTE 1** (Equipamentos de Diagnóstico Médico) será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.
- 2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo apresentar a Declaração Unificada, conforme consta no modelo do **Anexo II**.
- 2.7. O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

3. DO IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
- 3.1.1. Aquela que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.1.2. Empresas em consórcio, qualquer que seja a forma de sua constituição;
- 3.1.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência sanção que lhe foi imposta, o que inclui:
- 3.1.3.1. impedimento para licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo;
- 3.1.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;
- 3.1.3.3. licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada,

desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

- 3.1.4.** Exclusivamente para os **LOTES 2 e 3**, empresas que não se enquadrem na condição de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 3.1.5.** Aquela que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 3.1.6.** Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
- 3.1.7.** Terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- 3.1.8.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 3.1.9.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. Ao formular a proposta de preço, a licitante deverá indicar os seguintes elementos, de acordo com o Lote de participação:

4.2.1.1. Valor unitário e total por item, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

4.2.1.1.1. No preço unitário deverá ser considerada a isenção do ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços prevista no art. 55, do Anexo I, do Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços do Estado de São Paulo, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

4.2.1.1.2. O valor equivalente à isenção do ICMS, a que se refere o art. 55, do Anexo I do mencionado Regulamento, obrigatoriamente, deverá ser indicado no respectivo documento fiscal por ocasião do pagamento.

4.2.1.1.3. O instituto da isenção do ICMS não se aplica nos casos de:

4.2.1.1.3.1. Aquisição de bens ou mercadorias de fornecedores domiciliados fora do Estado de São Paulo;

4.2.1.1.3.2. Aquisição de bens, mercadorias e prestações de serviços adquiridos com o ICMS retido antecipadamente por sujeição passiva por substituição tributária;

4.2.1.1.3.3. Aquisição de bens ou mercadorias importadas que possuam similares produzidos no Brasil.

4.2.2. Em atendimento ao subitem 5.6.2 do edital, no encerramento da etapa de negociação, e antes da aceitabilidade do preço, será solicitado(a) pelo(a) Pregoeiro(a) à empresa que ofertou o menor lance, de acordo com o Lote de participação:

4.2.2.1. Marca, fabricante e procedência de cada item cotado, observadas as especificações constantes do **Anexo I**.

- 4.2.2.2.** Prazo de garantia de cada item cotado, que não poderá ser inferior aos prazos indicados nos respectivos produtos, de acordo com o item 6 do **Anexo I**.
- 4.2.2.2.1.** Caso não esteja indicado, apontar a garantia estabelecida pelo fabricante.
- 4.2.2.3.** Indicação do preço unitário e total de cada item cotado, conforme modelo **Anexo I-C**.
- 4.3.** No cadastramento da proposta inicial, em campo próprio do sistema, deverão ser preenchidas as declarações exigidas dos licitantes.
- 4.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 4.5.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 4.5.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.5.3.** não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. Na hipótese de se verificar a exceção especificada neste **item 4.5.3**, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao

tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

- 4.6.** A falsidade da declaração de que trata os **itens 4.3 a 4.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.
- 4.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.9.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.9.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.10.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.10.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 4.10.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.9** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

- 4.13.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.14.** Ao formular a proposta de preço, o licitante deverá indicar os **valores unitários dos itens** que irão compor o respectivo **VALOR GLOBAL do LOTE cotado** para os materiais solicitados no Termo de Referência (**Anexo I**).
- 4.15.** Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.
- 4.16.** O valor proposto será fixo e nele deverão estar incluídos todos os tributos, fretes, taxas e demais custos necessários à prestação do serviço objeto desta licitação.
- 4.17.** Os preços ofertados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional e apurados na data de sua apresentação, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.
- 4.18.** O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.
- 4.19.** Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 4.20.** Na formulação da proposta de preços, o licitante deverá computar todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeita.
- 4.21.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.22.** No momento a que se refere o **item 4.2**, deverão ser indicadas as seguintes informações do licitante e de todos os seus representantes:
- 4.22.1.** Da empresa:
- a)** Número do CNPJ;
 - b)** Razão Social;
 - c)** Endereço completo;
 - d)** Telefone(s) comercial;
 - e)** E-mail comercial; e
 - f)** Dados bancários: Banco, agência e número da conta corrente.
- 4.22.2.** Do(s) representante(s):

- a) Nº do CPF;
- b) Nome completo;
- c) e-mail;
- d) Telefone;
- e) Se é sócio administrador; e
- f) Se é signatário do contrato.

4.23. A planilha eletrônica disponibilizada no formato Excel no portal de licitações do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e no Portal de Compras do Governo Federal é de uso facultativo. No entanto, o licitante deverá apresentar o cálculo de acordo com o **Anexo I-C**, quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a).

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. Da abertura da sessão pública

- 5.1.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.1.2.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.2. Da formulação de lances

- 5.2.1.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.2.2.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item e adjudicação pelo respectivo **VALOR GLOBAL do LOTE COTADO**.
- 5.2.3.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.2.4.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.2.5.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à

proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser em relação aos valores unitários dos itens dos respectivos lotes, conforme indicado no **Anexo I-C**.

- 5.2.6.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.2.7.** O modo de disputa adotado é o aberto, em razão disso, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.2.8.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.2.9.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.2.10.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.2.11.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.2.12.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.2.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.2.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.2.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

- 5.2.16.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.2.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.2.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.3. Das microempresas e empresas de pequeno porte

- 5.3.1.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.
- 5.3.1.1.** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.3.2.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.3.3.** A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.3.4.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de

classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

- 5.3.5.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.4. Do critério de desempate

- 5.4.1.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

- 5.4.2.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- 5.4.2.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

- 5.4.2.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

- 5.4.2.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

- 5.4.2.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

- 5.4.2.5.** persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a)** empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- b)** empresas brasileiras;
- c)** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

- 5.4.2.6.** caso a situação de empate real não tenha sido dirimida por nenhum dos critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, acima indicados,

antes da fase de julgamento, o sistema Compras.gov irá realizar sorteio, de forma automática.

5.5. Da negociação

- 5.5.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.5.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.5.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.5.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.5.5.** O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 5.5.5.1.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a) fixar prazo para cumprimento da providência descrita no item 5.5.5, mediante mensagem registrada por sistema, podendo prorrogá-lo nos casos em que entender necessário ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.5.6.** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.6. Da classificação das propostas

- 5.6.1.** Serão desclassificadas as propostas que:
 - 5.6.1.1.** contiverem vícios insanáveis;
 - 5.6.1.2.** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus Anexos;

- 5.6.1.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 5.6.1.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;
- 5.6.1.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital e de seus Anexos, desde que insanável.
- 5.6.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.6.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.
- 5.6.4. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios legais estabelecidos no **art. 60 da Lei 14.133/2021**.
- 5.6.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 5.7. **Da aceitabilidade do preço**
 - 5.7.1. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado para cada um dos lotes, vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
 - 5.7.2. Para verificação de aceitabilidade, o licitante autor do menor preço deverá encaminhar a proposta comercial (**Anexo I-C**), com valores adequados ao preço final ofertado, na forma indicada no subitem 4.2.2.3, por meio eletrônico que vier a ser disponibilizado.
 - 5.7.3. O prazo para envio das planilhas de composição de preços será estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) mediante mensagem registrada no sistema.
 - 5.7.4. Na análise de viabilidade do preço proposto, o(a) Pregoeiro(a) considerará a planilha de composição de preços apresentada pela licitante, em que todos os valores serão avaliados em relação ao preço de mercado.
 - 5.7.4.1. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a sua desclassificação, quando esta puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, desde que não prejudiquem a isonomia ou a competitividade do certame e atendidas as demais condições de aceitabilidade.

5.7.4.2. O(A) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanear erros ou falhas que não alterem a isonomia ou a competitividade do certame, a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Dos documentos de habilitação jurídica:

- 6.1.1.** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 6.1.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado, atualizado e documentação comprobatória dos(as) atuais administradores(as) ou dirigentes;
- 6.1.3.** No caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus atuais administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- 6.1.4.** Ato constitutivo atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 6.1.5.** No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 6.1.6.** Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.2. Dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista:

- 6.2.1.** Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 6.2.2.** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 6.2.3.** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e Municipal (Tributos Mobiliários), da sede do licitante;

- 6.2.4.** Certidão de regularidade de débito com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 6.2.5.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 6.2.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 6.3. Dos documentos de qualificação econômico-financeira:**
- 6.3.1.** Deverá ser apresentada a certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- 6.4. Outros documentos:**
- 6.4.1.** Declaração Unificada (Modelo do **Anexo II**).
- 6.5. Da autenticidade dos documentos:**
- 6.5.1.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o(a) Pregoeiro(a), mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
- 6.5.2.** O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.
- 6.6. Do julgamento de habilitação**
- 6.6.1.** Os documentos previstos no Edital (e seus Anexos), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

- 6.6.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 6.6.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 6.6.3.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021), conforme **Anexo II (Declaração Unificada)**.
- 6.6.4.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.6.5.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 6.6.6.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.6.6.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 6.6.7.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 6.6.7.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

- 6.6.8.** A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 6.6.8.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, mediante solicitação do(a) Pregoeiro(a).
- 6.6.8.1.1.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a) fixar prazo para cumprimento da providência descrita no **item 6.6.8.1**, mediante mensagem registrada por sistema, podendo prorrogá-lo nos casos em que entender necessário ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.6.9.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 6.6.9.1.** Os documentos relativos à habilitação que constem do Edital / Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 6.6.10.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 6.6.10.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 6.6.10.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 6.6.11.** Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 6.6.12.** Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, o licitante será inabilitado, mediante decisão motivada.

- 6.6.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 6.6.8.1.1.**
- 6.6.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 6.6.15.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 6.6.16.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados(as) pelo(a) Pregoeiro(a), deverão ser encaminhados ao Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC), situado na Rua Direita, nº 250, 23º andar – Sé – São Paulo/SP – CEP: 01002-903.
- 6.6.17.** Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.
- 6.6.18.** As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 6.6.18.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, neste ato representada pelo(a) Pregoeiro(a), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 6.6.18.2.** A sessão pública será suspensa pelo(a) Pregoeiro(a), por 5 (cinco) dias úteis, para que o licitante vencedor possa comprovar a regularidade fiscal.
- 6.6.18.3.** Na retomada da sessão, o(a) Pregoeiro(a) decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal.

6.6.18.4. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação de penalidades cabíveis.

6.6.19. Se a oferta não for aceitável, se o licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal, o(a) Pregoeiro(a), respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o licitante, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo licitante atenda às condições do Edital, caso em que será declarado(a) vencedor(a).

6.7. Considerações gerais

6.7.1. A declaração ou documentação falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta de preços sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação.

6.7.2. As certidões apresentadas serão consideradas válidas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias da data de expedição, na hipótese de não constar prazo de validade no documento.

6.7.3. As certidões Positivas com efeito de Negativas terão o mesmo efeito de Certidões Negativas.

7. DO RECURSO

7.1. As razões de recurso e as contrarrazões serão oferecidas, por meio eletrônico, no sítio www.compras.gov.br.

7.1.1. Se houver a necessidade de apresentação de documentos, atinentes ao recurso ou às contrarrazões, poderá ser encaminhado ao e-mail: gpac@tjsp.jus.br.

7.1.2. Os documentos que não puderem ser enviados por meio eletrônico, deverão ser apresentados mediante protocolo, no Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC), sito na Rua Direita, nº 250 – 23º andar, São Paulo, nesta Capital, observados o prazo de 3 (três) dias úteis.

7.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

- 7.3.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação no sistema.
- 7.4.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 7.4.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 7.4.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
 - 7.4.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação no sistema.
- 7.5.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 7.6.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.7.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 7.8.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 7.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 7.10.** Será assegurada ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, sendo que os autos do processo, poderão ser solicitados por e-mail, no endereço: licitacoes@tjsp.jus.br.
- 7.11.** A falta da manifestação imediata do licitante, no prazo concedido, importará a decadência do direito de recurso e o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação.
- 7.12.** O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 8.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação.

9. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

- 9.1. Ao licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

- 9.2. A desconexão do sistema eletrônico com o(a) Pregoeiro(a), durante a sessão pública, implicará:

- 9.2.1. No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

- 9.2.2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- 9.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

10. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

- 10.1. Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, através do **Portal TJSP** (*Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo* – <https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl>), solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do certame.

- 10.1.1. Não serão aceitos pedidos de esclarecimentos e impugnações em qualquer outro e-mail ou link.

- 10.1.2. A impugnação e os pedidos de esclarecimentos serão formulados em campo próprio do **Portal TJSP**.

- 10.1.3. A resposta à impugnação ou a pedido de esclarecimento serão divulgados no **Portal TJSP** no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.1.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.1.5. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para realização da licitação, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DO CONTRATO

11.1. Dos prazos de assinatura

- 11.1.1. Homologado o resultado e adjudicado o objeto da licitação, o(a) vencedor(a) terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar o **Anexo III** (Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados do Contrato), por meio de assinatura eletrônica, a serem disponibilizados no sítio do Tribunal de Justiça.
 - 11.1.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
 - 11.1.1.2. O(A) representante legal do licitante vencedor, legitimado(a) para firmar o ajuste, deverá possuir o certificado digital (e-CPF) válido.
 - 11.1.1.3. Na impossibilidade do **Anexo III** ser assinado eletronicamente, por falha do sistema ou por motivo superveniente do Tribunal de Justiça, a licitante vencedora será convocada para assiná-lo fisicamente.
 - 11.1.1.4. O licitante vencedor deverá informar na proposta o e-mail do(a) representante legal para fins de assinatura do **Anexo III**.
 - 11.1.1.5. A licitante deverá observar as determinações contidas nas alíneas "i" e "n" do **Anexo III**, através de contatos a serem mantidos com o(a) gestor(a) da contratação.

- 11.1.2.** Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 11.1.3.** Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 11.1.4.** Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799, de 2008.
- 11.1.5.** Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:
- 11.1.5.1.** Sicaf;
- 11.1.5.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 11.1.5.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 11.1.5.4.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça

(http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

11.1.5.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

11.1.5.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

11.1.5.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

11.1.6. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.2. Do prazo de vigência

11.2.1. O prazo da vigência contratual será de 67 (sessenta e sete) dias, conforme item 4 do **Anexo I**.

11.2.2. O prazo de entrega será de acordo com o estabelecido no item 9 do **Anexo I**.

11.3. Do reajuste

11.3.1. O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado de **13/10/2025**, data do orçamento estimado (§ 7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/21), com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores ao de sua incidência.

11.4. Do equilíbrio econômico-financeiro

11.4.1. O Contratante terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do inciso XI, artigo 92 da Lei 14.133/2021.

11.5. Dos locais da entrega do objeto

11.5.1. Os locais para a entrega dos materiais constam no item 8 do **Anexo I**.

11.6. Do cumprimento da Resolução CNJ nº 351/2020

- 11.6.1.** O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mantém canal permanente para acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, resguardado pelo sigilo profissional, a fim de minimizar riscos psicossociais e promover a saúde mental no trabalho, nos termos dos arts. 19 e 21 da Resolução CNJ nº 351/2020.
- 11.6.2.** Nas situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, o funcionário ou a funcionária, o estagiário ou a estagiária deverá entrar em contato com a Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), por meio do Canal Direto com o Presidente, e-mail: daps@tjsp.jus.br, contendo:
- 11.6.2.1.** Nome completo, posto de trabalho, e-mail e CPF do requerente;
- 11.6.2.2.** Nome da empresa contratada;
- 11.6.2.3.** Descrição sucinta dos acontecimentos.
- 11.6.3.** A empresa contratada deverá comunicar aos funcionários ou às funcionárias, aos estagiários ou às estagiárias sobre a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e de todas as formas de discriminação definidos no art 2º da Resolução CNJ nº 351/2020, assim como o Canal Direto com o Presidente do Tribunal de Justiça, e-mail: daps@tjsp.jus.br.
- 11.6.4.** A íntegra da Resolução CNJ nº 351/2020 poderá ser obtida no endereço eletrônico: atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557.
- 11.6.5.** Nos casos de retaliação ao funcionário ou à funcionária, ao estagiário ou à estagiária da empresa contratada que tenham noticiado fatos relacionados à Resolução CNJ nº 351/2020, mesmo após eventual rescisão do contrato com a empresa contratada, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), deverá analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.

11.7. Do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados

- 11.7.1.** Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATADA deverá declarar ter recebido e concordado com a Política de Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e que adere as ações determinadas no Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados (**Anexo III**).
- 11.8.** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do contratado não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 11.8.1.** Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo:
- 11.8.1.1.** sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 11.8.1.2.** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- 11.8.1.3.** não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e **haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.**
- 11.8.2.** Na ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou transferência de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital social, a Contratada deverá comunicar, de imediato, o Contratante para conhecimento e análise, em conformidade quanto ao disposto no subitem anterior e que, se aprovado, deverá ser formalizado através de termo aditivo.

12. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 12.1.** O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual dever ser realizado na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do art. 102 do Provimento CSM nº 2724/2023.
- 12.2.** Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no **Anexo I**.
- 12.3.** Na ausência de prazos no **Anexo I**, fica estabelecido que:
- 12.3.1.** o recebimento provisório será realizado em até 10 (dez) dias úteis; e

- 12.3.2.** o recebimento definitivo em até 30 (trinta) dias úteis, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 12.4.** O Recebimento Provisório poderá ser dispensado, quando assim previsto no **Anexo I**.
- 12.5.** Os documentos que comprovem o recebimento provisório e definitivo deverão ser apresentados ao(à) Fiscal do Contrato e, posteriormente, serão juntados no processo de acompanhamento da execução contratual.
- 12.6.** O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento será efetuado com base no objeto do contrato e nos serviços efetivamente prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos dos serviços.
- 12.7.** Para efeito do disposto no subitem anterior, o(a) responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços contratados, os seguintes aspectos:
- a)** a qualidade do material e dos produtos empregados;
 - b)** a presteza no atendimento das solicitações da Administração; e,
 - c)** o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas no contrato.
- 12.8.** Caso os serviços não sejam executados nas formas previstas nos **Anexos deste Edital**, a Contratada deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da notificação do(a) Fiscal do Contrato, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas aplicáveis.

13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 13.1.** A gestão e fiscalização serão exercidas no interesse exclusivo do Contratante, nos termos do capítulo IX, do Provimento CSM nº 2724/2023, não suprimindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 13.2.** Atuarão na fase da gestão, da fiscalização do recebimento do objeto, os(as) servidores(as) indicados(as) pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça.
- 13.3.** Para efeito do disposto neste item, o Contratante registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas comunicando-

as à Contratada para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

- 13.4.** A Diretoria de Auditoria Interna (DAI) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo poderá, a qualquer tempo, solicitar à empresa contratada seus documentos e escriturações fiscais e/ou contábeis.

14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 14.1.** O prazo para pagamento será conforme o subitem 11.5 do **Anexo I**.
- 14.2.** Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.
- 14.3.** O(a) credor(a) que apresentar registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá ter regularizada a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a Contratada comprovar a regularização junto a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF deste Tribunal de Justiça, para efeito de regular pagamento.
- 14.4.** Para o pagamento deverão ser apresentadas Notas Fiscais/Faturas, com indicação do número da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A., bem como deverá ser mencionado o nº da Nota de Empenho respectivo, que a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças remeterá a empresa no momento do empenhamento, as quais serão atestadas definitivamente pelos(as) servidores(as) designados(as) pela Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça e, em seguida, encaminhadas a SOF para efetivo pagamento.
- 14.5.** O recebimento será sempre integral (atesta da Nota Fiscal/Fatura), não se admitindo ateste parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis.
- 14.5.1.** Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do subitem 14.2.
- 14.5.2.** A Contratada não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo do Contrato.

- 14.5.3.** As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Edital, na nota de empenho, no Contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao emitente (Contratada) e ao(a) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis, sendo que e neste caso o prazo previsto no subitem 14.1 será interrompido.
- 14.5.4.** A contagem do prazo previsto para pagamento será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.
- 14.6.** Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que **foi verificada a autenticidade da NF-e**.
- 14.6.1.** Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da chave de acesso no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente, www.fazenda.sp.gov.br, NF-e ou nota fiscal eletrônica, Consulta de NF-e de mercadorias ou www.nfe.fazenda.gov.br, Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.
- 14.6.2.** No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.
- 14.7.** Será realizada a retenção de imposto de Renda, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.
- 14.8.** As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta das dotações orçamentárias específicas, consignadas no Orçamento para o presente exercício, classificação de despesa 4.4.90.52.35 e 3.3.90.30.31 - Fonte 175930022.

15. DAS SANÇÕES

- 15.1.** A ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar às infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 será objeto de Processo Administrativo Apuratório nos termos do Capítulo XII – Sanções Administrativas, do Provimento CSM nº 2724/2023.

15.2. Na penalidade de multa, caso não esteja estipulada nos **Anexos** deste Edital, será aplicado o percentual indicado abaixo, observados os limites mínimos e máximos do § 3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

15.2.1. 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor mensal do Contrato, no caso de suspensão ou interrupção dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;

15.2.2. 2% (dois por cento) sobre o valor mensal do Contrato, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

15.2.3. 10% (dez por cento) sobre o valor anual do Contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

15.2.4. 20% (vinte por cento) sobre o valor anual do Contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida;

15.2.5. 20% (vinte por cento) sobre o valor anual do Contrato, no caso de recusa da contratada em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Tribunal de Justiça ou pelo edital, além do pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação ou contratação para o mesmo fim;

15.2.6. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor mensal do Contrato, no caso de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias para assinatura do contrato, da prestação de garantia ou da execução do serviço. de assistência técnica em bem ou produto em período de garantia ou execução de serviço de garantia em obra.

15.3. A Contratada que der causa à inexecução total do contrato, que dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, poderá ficar

impedido de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos.

- 15.4.** A Contratada que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará **proibido de licitar e contratar, através da Declaração de Inidoneidade**, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.4.1. As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida do subitem 15.3, também sofrerão a sanção mencionada no subitem 15.4.

- 15.5.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, nos termos do artigo 163 da Lei 14.133/2021.

- 15.6.** Independentemente da efetivação da extinção contratual, fica facultado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a retenção de quaisquer importâncias devidas ao licitante contratado para pagamento ou amortização, total ou parcial, das multas aplicadas e/ou perdas causadas, sem prejuízo da adoção das medidas acima e judiciais para cobrança do remanescente ou mesmo do valor total devido, caso não seja possível a retenção ora pactuada ou esta seja insuficiente.

- 15.7.** O Tribunal de Justiça suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentará o licitante de suas responsabilidades contratuais e civis.

- 15.8.** Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela Contratada, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.2.** Das sessões públicas de processamento da licitação será lavrada ata circunstanciada, a ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a) e pela equipe de apoio.
- 16.3.** Será mantido sigilo quanto a identidade dos licitantes, para o(a) Pregoeiro(a) até a etapa de negociação com o(a) autor(a) da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.
- 16.4.** O resultado do presente certame e demais atos pertinentes a esta licitação serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Diário Eletrônico da Justiça do Estado de São Paulo (DEJESP) e nos sítios eletrônicos www.tjsp.jus.br e www.compras.gov.br
- 16.5.** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação e extinguir o Contrato celebrado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa quando:
- 16.5.1.** A contratada venha a contratar empregados(as) que sejam cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros(as) ou juízes(as) vinculados(as) ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 181/2013 e nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);
- 16.5.2.** A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos(as) magistrados(as) ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores(as) ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;
- 16.5.3.** A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os(as) magistrados(as) e servidores(as) geradores(as) de incompatibilidade

estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

- 16.5.4.** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado(a) ou servidor(a) não abrangido(a) pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

17. DO FORO

- 17.1.** Para dirimir as questões oriundas deste Edital, será competente o foro da Comarca de São Paulo.

São Paulo, data registrada no sistema.

Eliana Bontansa
Coordenadora de Licitações e Compras
SAAB 5.1

Rodnei Pinto Fernandes
Diretor de Licitações e Suprimentos
SAAB 5

Pregão Eletrônico nº 90011/2026

Anexo	Descrição	Fls.
Anexo I	Termo de Referência	37 a 53
Anexo I-A	Endereços de Entrega	54 a 63
Anexo I-B	Catálogo de Materiais (CatMat)	64 a 67
Anexo I-C	Modelo de Proposta de Preços (1)	68 a 69
Anexo II	Declaração Unificada – Lei 14.133/2021	70
Anexo III	Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados	71 a 73
Anexo IV	Minuta do Contrato	74 a 84

(1) Observação: Ver subitem 4.23 do Edital.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Lei nº 14.133/2021)

1. OBJETO

Aquisição de equipamentos médicos a serem distribuídos para as unidades ambulatoriais do Tribunal de Justiça na Capital e no Interior da 2ª a 10ª RAJ.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO (alínea “a”, inc. XXIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021)

2.1. Natureza do Objeto

Natureza do objeto a ser contratado: aquisição de materiais permanentes, com características e padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

2.2. Aquisição de bens de luxo (art. 20 da Lei nº 14.133/2021)

Os objetos desta contratação não se enquadram como bens de luxo.

2.3. Quantitativo

Lote 1 – Equipamentos de diagnóstico médico

Item	Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Qtde
01	27.0016	Esfigmomanômetro aneróide adulto com pedestal	unidade	20
02	27.0786	Esfigmomanômetro aneróide com braçadeira para obeso	unidade	30
03	27.0554	Esfigmomanômetro aneróide portátil	unidade	30
04	27.0555	Esfigmomanômetro digital de braço	unidade	30
05	28.0006	Eletrodo para desfibrilador - pás adesivas - diversos compatíveis	par	30
06	27.1182	Desfibrilador Externo automático	Unidade	12
07	27.1183	Eletrocardiógrafo de 12 canais (derivações)	unidade	13
08	27.0063	Estetoscópio adulto	unidade	20

09	27.0122	Oxímetro de pulso, adulto	unidade	10
10	27.1204	Glicosímetro, faixa de medição, alimentação: bateria (diversos)	unidade	23
11	27.0765	Laringoscópio adulto de lâminas retas e curvas	unidade	9

Lote 2 – Mobiliário Hospitalar

Item	Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Qtde
01	27.0769	Poltrona Hospitalar com braçadeira	unidade	10
02	27.0749	Mesa para Exame/Tratamento Clínico (divã), 3 portas e 3 gavetas	unidade	01
03	27.0756	Lixeira branca hospitalar, com pedal, 30 litros	unidade	30
04	27.0053	Divã adulto para exames clínicos	unidade	18
05	27.0553	Suporte de braço - braçadeira	unidade	10
06	27.0110	Suporte para soro	unidade	9

Lote 3 – Suprimentos ambulatoriais

Item	Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Qtde
01	27.0798	Válvula Reguladora de Pressão para Cilindro de Oxigênio - 15 litros	unidade	12
02	27.0873	Cilindro para Oxigênio Medicinal (cor verde); 15 Litros; Pressão de 150 Bar (mínimo)	unidade	12
03	27.1019	Reanimador Manual Silicone Adulto (Ambu)	unidade	10
04	27.1137	Bolsa/Mochila para transporte de medicamentos	unidade	10
05	27.0754	Inalador nebulizador a ar comprimido - portátil	unidade	14

3. Aplicação da cota de até 25% para ME/EPP (inciso III, art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006)

O presente processo de aquisição, trata-se de equipamentos médicos de alta complexidade tecnológica, cuja natureza é indivisível, o que inviabiliza a aplicação da cota sem comprometer a padronização, a interoperabilidade e a funcionalidade dos itens

adquiridos.

A divisão do objeto, neste caso, poderia acarretar inconsistências operacionais, além de riscos à segurança dos pacientes, uma vez que diferentes fornecedores podem apresentar variações técnicas que impactam diretamente na eficácia dos equipamentos e na uniformidade dos procedimentos médicos.

Dessa forma, com base no art. 49, inciso III, da LC 123/2006, justifica-se a não aplicação da cota de 25% para ME/EPP, por representar prejuízo ao conjunto do objeto e não atender ao interesse público quanto à eficiência, segurança e economicidade da contratação.

4. PRAZO DO CONTRATO

O prazo do contrato será de 67 (sessenta e sete) dias, a partir da Assinatura do Contrato pela Contratada, sendo 30 (trinta) dias consecutivos para a entrega do(s) objeto(s) pela Contratada(s), a contar do primeiro dia útil subsequente a autorização de fornecimento, 02 (dois) dias consecutivos para o recebimento provisório, 05 (cinco) dias consecutivos para o recebimento definitivo, e após 30 (trinta) dias para o pagamento.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (alínea “b”, inc. XXIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021)

5.1. Visando dar atendimento ao determinado pela Resolução nº 207/2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que consiste na Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados/Magistradas e Servidores/Servidoras do Poder Judiciário, o objetivo da presente aquisição é zelar pelas condições de saúde dos membros do Poder Judiciário, na medida que a necessidade de aquisição dos materiais permanentes descritos no item 2.3., é imprescindível para a inauguração dos nove ambulatórios nas 2ª a 10ª RAJ, garantindo o bom atendimento médico ambulatorial, com a possibilidade de exames mais minuciosos.

5.2. A fundamentação completa da contratação está descrita no Estudo Técnico Preliminar,

que será publicado juntamente com o Edital de Licitação, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (alínea “b”, inc. XXIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021)

Os objetos a serem adquiridos deverão ser novos e sem uso anterior, com as seguintes características:

Lote 1 – Equipamentos de diagnó médico

6.1. Item 01 - Esfigmomanômetro Aneróide Adulto com Pedestal

- Tipo aneróide adulto com pedestal;
- Com manômetro tipo relógio;
- Escala de 0-300 mm Hg;
- Dotado de pedestal e rodízios;
- Braçadeira com fecho de velcro, resistente e flexível;
- Com apoiador para braçadeira;
- Manguito e peça insufladora com válvula e extensão, para uso adulto;
- Produto registrado na ANVISA.

6.2. Item 02 - Esfigmomanômetro Aneróide Adulto com braçadeira para OBESO

- Tipo aneróide portátil;
- Com manômetro tipo relógio;
- Escala de 0 a 300 mm Hg;
- Resolução de 2 mm Hg;
- Com pêra de borracha;
- Com registro e válvula anti-refluxo;
- Com manguito de borracha, sem emendas (bolsa e tubos conectores);
- Com braçadeira para obeso;
- Braçadeira em tecido de algodão resistente, com fecho de pinos e talas metálicas;
- Acondicionado em bolsa de courvin;
- Produto registrado na ANVISA.

6.3. Item 03 - Esfigmomanômetro Aneróide portátil

- Tipo aneróide portátil;
- Com manômetro tipo relógio;

- Escala de 0 a 300 mm hg;
- Resolução de 2 mm hg;
- Braçadeira com fecho de velcro, resistente e flexível;
- Manguito e peça insufladora com válvula e extensão;
- Braçadeira em tecido de algodão resistente, com fecho de pinos ou velcro;
- Acondicionado em bolsa de courvin;
- Produto registrado na ANVISA.

6.4. Item 04 - Esfigmomanômetro digital de braço:

- Tipo digital de braço, portátil;
- Display de cristal líquido com até 3 dígitos;
- Braçadeira de braço com velcro de no mínimo 32 cm de circunferência;
- Inflação e deflação automáticas;
- Alimentação por pilhas ou baterias;
- Com botão que permita ajuste no nível de insuflação;
- Desligamento automático;
- Produto registrado na ANVISA.

6.5. Item 05 - Eletrodo para desfibrilador - pás adesivas - diversos compatíveis

- Eletrodo, tipo pás adesivas;
- Para uso em paciente adulto;
- Para desfibrilador;
- Compatível com equipamentos Philips/foreruner, Heartstar FR1 e Heartstream FR2, XL MRX e Codemaster;
- Código 9898031-58211;
- Com cabo e conector;
- Caixa com 1 par;
- Produto registrado na ANVISA.

6.6. Item 06 - Desfibriladores bifásicos (DEA) 200 joules

- Com onda bifásica;
- Carga de 200 joules;
- Leve e portátil;
- Instrução por orientador de voz em português;
- Com acesso fácil para reposição das pás tipo adulto e infantil;
- Dotado de inteligência artificial para diagnóstico do paciente que possibilite, se o caso a necessidade de choque;
- Dotado de dispositivo para gravação de eventos;

- Programa de autodiagnóstico de funções e bateria;
- Deverá possuir registro no Ministério da Saúde;
- Deverá vir acompanhado de manual de instruções em português, bolsa para transporte, eletrodos, cabos, fonte de alimentação e demais acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento;
- Marcas de referência: Philips/foreruner, Heartstar FR1 e Heartstream FR2, XL MRX e Codemaster;
- Garantia do fabricante;
 - Produto registrado na ANVISA.

6.7. Item 07 - Eletrocardiógrafo de 12 canais (derivações)

- Impressão em papel termossensível do tipo A4;
- Aquisição de dados do paciente em 12 canais simultâneos;
- Configuração automática e manual;
- Operação automática com tecla única;
- Derivações obtidas automaticamente;
- Impressão de 12 derivações;
- Circuito pré-amplificador flutuante para evitar interferência;
- Com interfaces para marca-passo;
- Proteção contra descarga desfibrilador;
- Comunicação com computador;
- Dimensões aproximadas de 85 x 240 x 345mm (AxLxP);
- Acompanha fonte externa;
- Cabo de paciente de 10 vias;
- Jogo de 4 eletrodos de membros;
- Jogo de 6 eletrodos precordiais;
- 01 Manual de operação em português;
- Produto registrado na ANVISA.

6.8. Item 08 - Estetoscópio adulto

- Estetoscópio;
- Duo Som, C/diafragma Em Epoxi/fibra de Vidro, Peça Unica, Sintonizaveis Em Ambos Os Lados;
- Haste em Aço Inox, Auscultador de Dois Lados, Tubo Dobrável, Super Flexível, Grande Durabilidade;
- Tamanho Adulto e Pediátrico;
- Acompanha: 1 Par de Olivas Extras, 1 Aro Anti-frio, Manual de Instruções;
- Com Olivas Maleáveis e Confortáveis, sem Rebarbas, Auriculares Em Liga Aeroespacial

Diam. Amplo/aluminio Anodiz.;

- Acondicionado em material que garanta a integridade do Produto;
- Com Garantia de Fábrica;
- Produto registrado na ANVISA.

6.9. Item 09 - Oxímetro de pulso, adulto

- Oxímetro de Dedo;
- Apresentando Medição do Nivel de Saturacao de Oxigenio do Sangue e Frequencia Cardiaca;
- Com Escala de Sao2 de Spo2;
- Variacao de Tela 0-100%;
- Fc 0-250 Bpm;
- SpO2 Faixa Medicao 70-100%;
- Fc Faixa Medicao 30-250 Bpm;
- Com Resolução de SpO1%;
- Frequência Cardíaca 1 Bpm;
- Com Tolerancia de Spo2 Precisao 70-100% - $\pm 2\%$ / 0-69% - Nao Definido, Fc Precisao 30-99bpm: ± 2 bpm/100-250bpm, $\pm 2\%$;
- Com Sensores de Transmissao de Luz Atraves Da Hemoglobina Emissor de Luz Vermelha e Infravermelha;
- Alimentação 2 Pilhas Alcalinas Aaa 1.5v, Autonomia de Aprox. 18 Horas (Uso Continuo);
- Condições de Operacao 5°C 40° C, 15-93% Umidade,sem Condensacao;
- Dimensões Dimensoes Aproximadas 50 x 30 x 25 Mm (c x l x A);
- Garantia do fabricante;
- Produto registrado na ANVISA.

6.10. Item 10 - Glicosímetro, faixa de medição, alimentação: bateria (diversos)

- Glicosímetro;
- Portatil;
- Na Escala de 10 a 600 Mg/dl para Glicemia;
- Calibracao Automatica;
- Tempo de Teste de 15 Segundos;
- Alimentacao: 02 Pilhas (palito);
- Acompanha: Tiras de Teste, lancetador e Lancetas;
- Inclui: Manuais;
- Produto registrado na ANVISA.

6.11. Item 11 - Laringoscópio adulto de lâminas retas e curvas

- Laringoscópio;
- Adulto;
- Cabo Em Aço Inoxidável Convencional C/compartimento P/02 Pilhas Medias Com Tampa de Rosca e Mola Em Aço;
- Com Encaixe para Laminas No Padrao Internacional;
- Com 07 Laminas Retas (nº 00, 0, 1, 2, 3, 4, 5); e 07 Laminas Curvas (nº 00, 0, 1, 2, 3, 4 e 5);
- Com Lampada Especial de Alta Luminosidade, de Luz Fria;
- Com Pino de Aço;
- Acondicionado Em Bolsa, Maleta Ou Estojo Adequado Que Garanta a Integridade do Produto;
- Inclui: Manual de Manutenção e Operação;
- Garantia Mínima de 12 Meses;
- Produto registrado na ANVISA.

Lote 2 – Mobiliário Hospitalar**6.12. Item 01 - Poltrona Hospitalar com braçadeira:**

- Para descanso/repouso de pacientes;
- Uso na hidratação, soroterapia, medição, tratamento de pessoas idosas ou que necessitam de cuidados especiais, entre outros;
- Estrutura em tubos de aço carbono, com pintura eletrostática;
- Reclinável em até 4 posições;
- Permite trendelemburg com acionamento manual na lateral;
- Com trava;
- Revestimento em couro impermeável;
- Com braços e braçadeira para injeção removíveis;
- Com suporte de soro e rodízios;
- Dimensões aproximadas: comprimento 1.73 m, largura 1.10 m (no máximo) e altura 1.20 m (no máximo);
- Produto registrado na ANVISA.

6.13. Item 02 - Mesa para Exame/Tratamento Clínico (divã ginecológico) com 3 portas e 3 gavetas

- Gabinete formado por: tampo, laterais, fundo, base, portas, prateleira e gavetas: confeccionado em fibra de madeira de média densidade (MDF), com 18mm de espessura, revestido em todas as faces (interna e externa) com laminado melamínico baixa pressão (BP), na cor padrão "bege". Encabeçamento em todas as bordas com fita de PVC com 1mm

- de espessura, na mesma tonalidade da cor padrão "bege", colada pelo sistema "hot melt";
- Deverá ter 03 (três) portas, 03 (três) gavetas e suporte para rolo de papel. Todas as partes do gabinete deverão ser fixadas através de parafusos minifix com buchas em nylon;
 - Dimensões: 0,63m de largura x 1,90m de comprimento x 0,85m de altura;
 - As laterais, em suas partes internas, deverão ser perfuradas simetricamente possibilitando o encaixe de pinos de aço para regulagem de altura e colocação de 01 (uma) prateleira;
 - Portas: Deverá ter dobradiças em Zamak, abertura de 270º, com ajuste vertical e horizontal através de parafusos excêntrico e puxadores Zamak cromados;
 - Gavetas: deverão deslizar sobre corrediças de aço e roldanas de nylon esféricas, com limitador de curso impedindo que as mesmas se desprendam facilmente e deverão possuir puxadores confeccionados em Zamak;
 - Base deverá conter sapatas niveladoras antiderrapantes confeccionadas em polipropileno injetado e haste metálica com regulagem através de rosca. O corpo do armário deverá ser fixado à estrutura através de parafusos M6 e buchas metálicas M6x13mm;
 - Produto registrado na ANVISA.

6.14. Item 03 - Lixeira branca hospitalar, com pedal, 30 litros

- Coletor Seletivo de Resíduo;
- Em Polietileno;
- Individual, Tipo Lixeira, Abertura da Parte Superior;
- No Formato Retangular; Com Tampa;
- Abertura Acionada Por Pedal;
- Sem Rodas;
- Medindo Aproximadamente: 47 x 40 x 33 Cm (a x C X L);
- Com Capacidade para 50 Litros;
- Na Cor Branca;
- O Material Deverá Estar de Acordo Com a Resolucao Conama Número 275, de 25 de Abril de 2001.

6.15. Item 04 - Divã adulto para exames clínicos

- Mesa para Exame / Tratamento;
- Com Estrutura Em Em Chapa de Aço, Com Pintura Epoxi Apos Tratamento Antiferruginoso.
- Capacidade 120 Kg;
- Com Pes Protegidos Por Ponteiros de Borracha Ou Pvc;
- Leito Em Espuma de Poliuretano Injetado, Revestido Em Vinil, Densidade 28 e 6 Cm de Espessura;
- Com Cabeceira Movei, regulavel Atraves de Cremalheiras;

- Acompanha Suporte para Papel;
- Dimensões: 190 x 65 x 80 Cm (cxlxa) Aproximadamente;
- Garantia do fabricante;
- Produto registrado na ANVISA.

6.16. Item 05 - Suporte de braço – braçadeira

- Base em tripé de tubo de aço carbono;
- Coluna em tubo de aço carbono;
- Haste em tubo de aço inox redondo;
- Concha em chapa de aço inox – AISI430;
- Altura regulável por meio de manípulo e Concha com regulação de inclinação;
- Pés com ponteiros plásticos;
- Acabamento em pintura epóxi, com tratamento anti-ferruginoso;
- Acompanha Capa estofada para apoio do braço na cor preta;
- Dimensão Mínimo: 800 mm - Máximo: 1300 mm.

6.17. Item 06 - Suporte para soro

- Suporte de Soro;
- Base de Ferro Fundido C/ 04 Rodízios de 2" de Diâmetro;
- Em Tubo de Aço Inox, com Anel de Regulação de Altura;
- Dimensões: 150 x 240 cm;
- Com Haste Em Aço Inox, c/04 Ganchos Em Aço Inox Na Extremidade Superior.

Lote 3 – Suprimentos Ambulatoriais**6.18. Item 01 - Válvula Reguladora de Pressão para Cilindro de Oxigênio (15 litros)**

- Confeccionada em metal cromado, com vazão de 15 l/min;
- Pressão de entrada: 0 a 300 kgf/cm²;
- Pressão de saída: 3,5 kgf/cm² (fixa);
- Rosca de entrada universal;
- Rosca de saída padrão ABNT;
- Com válvula de segurança;
- Acompanha fluxômetro;
- Garantia do fabricante;
- Inclui manual de instruções;
- Produto registrado na ANVISA.

6.19. Item 02 - Cilindro para Oxigênio Medicinal (cor verde) e pressão de 150 BAR (mínimo):

- Sem Costura ou Solda;
- Com Capacidade para 15 Litros;
- Pressão de 150 Bar (mínimo), Conforme Norma ABNT NBR 12176:2010;
- Medindo (aproximadamente) 165+/-10% x 870+/-10%mm (diâmetro x Altura);
- Acompanha Registro de Vazão e Válvula Reguladora de Pressão de Oxigênio Com Fluxômetro;
- Deverá Estar de Acordo Com As Normas ABNT NBR 12791:1993, 12790:1995 e Alterações Posteriores;
- Produto registrado na ANVISA.

6.20. Item 03 - Reanimador manual silicone adulto (Ambu)

- Reanimador Manual"; Adulto, Com Balao Auto-inflavel, Sem Emendas;
- Com Capacidade de Insuflar Volumes de Ar Correntes de Ate 1000ml, Com Valvula Unidirecional;
- C/conector Da Valvula de Entrada de Oxigenio (residente) e Ajustavel Ao Latex e Ou Tubo de Pvc N.204;
- Valvula de Seguranca para Pressoes Que Excedam 30 a 40 Cm de Agua;
- Permitir Adaptacao de Mascara Facial Em Tamanhos Diferentes;
- Produto registrado na ANVISA.

6.21. Item 04 - Bolsa/Mochila para transporte de medicamentos

- Mochila para Resgate; Mochila fabricada em poliéster 600 e forro em nylon 210, Tecido - Impermeável e Resistente á Hidrólise;
- 40X32X18 (altura x Largura x Profundidade) em centímetros;
- Deverá possuir fecho para abertura rápida;
- Puxadores, Bolso Deve Ser do Tipo Molle Com 2 Fileiras de Engate Em Botão de Pressão;
- Serigrafia CRUZ DA VIDA;
- Divisória com elástico para fixação de materiais diversos;
- Um bolso interno em forma de estojo com zíper 8 mm;
- Alça de ombro;
- Alça de mão de 40 mm com pegador.

6.22. Item 05 - Inalador nebulizador a ar comprimido – portátil

- Inalador Nebulizador a Ar Comprimido;
- Utilizado para Terapias Respiratorias;

- Portatil, Com Bico Adaptador Normalizado e Com Encaixe para Limpeza e Desinfecção do Material;
- Com Capacidade para Pressão de 40 Psi;
- Com Capacidade para Vazão de 10 L/min; 110 V, 60 Hz;
- Acompanha 2 Máscaras Anatómicas e Atóxicas (uma Adulta e Uma Infantil);
- Garantia do fabricante;
- Produto registrado na ANVISA.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (alínea “d”, inc. XXIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021)

7.1. Sustentabilidade

Cumprimento do contrato já existente no Tribunal de Justiça para o descarte de bens inservíveis pós-uso, via administrativa, objetivando contribuir com a preservação ambiental.

7.2. Subcontratação (§2º, art. 122 da Lei nº 14.133/2021)

Não será permitida a subcontratação.

8. RECEBIMENTO DO OBJETO

Os móveis, equipamentos e aparelhos deverão ser entregues nos endereços especificados no **ANEXO I-A**, respeitando a quantidade especificada para cada prédio.

9. PRAZO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/FORNECIMENTO

A entrega deverá ser efetuada em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da Assinatura do Contrato pela Contratada.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (alínea “e”, inc. XXIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021)

- 10.1.** Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados. A embalagem deverá proporcionar a devida proteção durante o transporte, garantindo-lhes a integridade, bem como conter as informações necessárias à identificação e segurança, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, montagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento.

- 10.2.** Com a entrega dos bens de acordo com a especificação, em até 5 (cinco) dias úteis será feita a conferência e o ateste, e a nota fiscal será encaminhada para setor competente para pagamento, cessando a obrigação das partes.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (alínea “f”, inc. XXIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021)

11.1. Área administrativas e/ou técnicas

Gestora

Anita Salvatore Randi – Enfermeira Judiciário e Supervisora de Serviço – SGP 5.3.2 – Serviço de Enfermagem e Promoção de Saúde.

Suplente

Paula de Sousa e Castro – Enfermeira Judiciário e Coordenador – SGP 5.3

Fiscalização

Dra. Luci Hamaoka – Médico Judiciário e Supervisor de Serviço - SGP 5.3.1 - Serviço Médico e Odontológico - Fiscal

11.2. Protocolo de comunicação (provimento 2.724/2023):

- 11.2.1.** A notificação eletrônica encaminhada por meio eletrônico será considerada válida mediante aviso de notificação de entrega pelo servidor de e-mail do Tribunal de Justiça.

- 11.2.2.** O protocolo de comunicação será através dos seguintes e-mails:

enfermagem@tjsp.jus.br

servico.medico@tjsp.jus.br

asalvadori@tjsp.jus.br

11.3. Recebimento Provisório

O prazo de recebimento provisório, será de até 02 (dois) dias úteis, nos termos do disposto no artigo 2º, XVII, do Provimento nº 2.724/2023.

O recebimento provisório consistirá em rápida conferência quantitativa, em cotejo com o documento fiscal entregue pela Contratada.

11.4. Recebimento Definitivo

11.4.1. O recebimento definitivo será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.

11.4.2. O recebimento definitivo consistirá na conferência detalhada do quantitativo, marca/fabricante, condições de embalagem e demais obrigações contratuais.

11.4.3. Caso sejam constatadas irregularidades na entrega, o responsável pelo recebimento poderá rejeitar o objeto, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, sem qualquer ônus para o Contratante.

11.4.4. Juntamente com os materiais a empresa deverá entregar os documentos e nota fiscal que comprove o cumprimento das exigências, prazos e valores, constando local de entrega do objeto conforme o **ANEXO I-A**.

11.5. Condições de Pagamento:

O pagamento será realizado em 30 (trinta) dias a partir do ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal do contrato.

11.6. Acordo de nível de serviço:

Não se aplica em razão do objeto não ser contratação de serviço e sim fornecimento de materiais e equipamentos.

11.7. Sanções Administrativas (Multa):

Especificamente para esta contratação serão adotados os seguintes percentuais de multa a serem aplicadas na hipótese de descumprimento contratual:

Descrição da Base de Cálculo para Empresa enquadrada como ME/EPP e Empresa não enquadrada como ME/EPP

11.7.1. Para o atraso injustificado de até 30 (trinta) dias na entrega dos produtos ou na assistência técnica de produto em período de garantia, a multa será calculada

conforme os seguintes percentuais:

11.7.1.1. 100% do valor da entrega em atraso ou do valor de compra do bem em garantia;

11.7.1.2. 0,25% ao dia sobre a base de cálculo (máximo de 7,5% em 30 dias);

11.7.1.3. 0,5% ao dia sobre a base de cálculo (máximo de 15% em 30 dias).

11.7.2. Para o atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias na entrega dos produtos ou na assistência técnica de produto em período de garantia, a multa será calculada conforme os seguintes percentuais:

11.7.2.1. 100% do valor da entrega em atraso ou do valor de compra do bem em garantia;

11.7.2.2. 15% de multa sobre a base de cálculo;

11.7.2.3. 20% de multa sobre a base de cálculo.

11.7.3. Para a inexecução da entrega ou na assistência técnica de produto em período de garantia, a multa será calculada conforme os seguintes percentuais:

11.7.3.1. 100% do valor das mercadorias não entregues ou do valor de compra do bem em garantia;

11.7.3.2. 25% de multa sobre a base de cálculo;

11.7.3.3. 30% de multa sobre a base de cálculo.

11.7.4. Nos casos em que não for possível mensurar o valor individual da obrigação descumprida, incidirá multa de 0,5% até 4% sobre o valor estabelecido no inciso II, do artigo 75, da Lei nº 14.133/2021, a ser arbitrado a depender da gravidade da infração, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

11.7.5. A aplicação das multas acima indicadas não exclui a aplicação de outras sanções previstas no Aviso de Contratação e na legislação aplicável.

11.7.6. A aplicação das sanções será apurada mediante a instauração de processo administrativo apuratório, no qual serão garantidos à empresa os direitos de

defesa prévia e de recurso.

11.7.7. Esgotadas as possibilidades administrativas, a cobrança da multa será efetuada judicialmente.

11.8. Extinção do contrato (art. 137 da Lei nº 14.133/2021)

11.8.1. A extinção do contrato ocorrerá nas hipóteses de não cumprimento da entrega do objeto contratado e dependerá das sanções administrativas, caso estas não sejam suficientes para as correções de eventuais problemas na execução do contrato, ressalvada a eventual prática de atos ilícitos.

11.8.2. Também constitui razão para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa, as situações dispostas no artigo 137, da Lei nº 14.133/2021.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (alínea “h”, inc. XXIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021)

12.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (alínea “j”, inc. XIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021)

13.1. O orçamento estimado da contratação para o presente objeto terá caráter sigiloso, conforme o disposto no art. 24, caput, da Lei nº 14.133/2021, e sua divulgação ocorrerá após a fase negocial.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (alínea “h”, inc. XXIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021)

14.1. A adequação orçamentária está demonstrada no item 14.8 do Edital.

15. PRESTAÇÃO DE GARANTIA NA CONTRATAÇÃO (art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021)

- 15.1.** Não se aplica o disposto no artigo 96, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição com entrega única e não se tratar de contratação de grande vulto.

16. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei nº 14.133/2021 / art. 30 do Provimento CSM nº 2.724/2023)

16.1. Qualificação Técnico Profissional (inc. I, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

- 16.1.1.** Tendo em vista não se tratar de contratação de obras ou serviços, mas sim de fornecimento de móveis, equipamentos e material disponível no mercado, entende-se não ser cabível a exigência de qualificação técnico-profissional.

16.2. Qualificação Técnico-Operacional (inc. II, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

- 16.2.1.** Não se aplica, por não se tratar de prestação de serviços ou execução de obra, mas de entrega de móveis, equipamentos e materiais que não são produzidos pela própria contratada.

16.3. Indicação de pessoal técnico (inc. III, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

- 16.3.1.** Não se aplica, por não se tratar de prestação de serviços ou execução de obra, mas de entrega de móveis, equipamentos e materiais que não são produzidos pela própria contratada.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 17.1.** A contratada deverá cumprir todas as obrigações previstas neste Termo de Referência e no respectivo Contrato.

18. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCO (arts. 22 e 103 da Lei nº 14.133/2021)

- 18.1.** Tendo em vista não se tratar de contratação de obras ou serviços, mas sim de fornecimento de material, com entrega única, não se aplica.

ANEXO I-A – ENDEREÇOS DE ENTREGA (com especificação de quantidade de cada item)

Endereço		Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo SGP 5.3. Coordenadoria de Assistência e Promoção de Saúde SGP 5.3.2 Serviços de Enfermagem e Promoção de Saúde Rua da Consolação, nº 1483, 6º andar - Consolação - CEP: 01301-100 Tel: (11) 2711-1814	
Contato		Maria Socorro Teles Feitosa Anita Salvadori Randi	
Item	Código	Descrição do Item	Qtidade
01	27.0798	Válvula Reguladora de Pressão para Cilindro de Oxigênio - 15 litros	03
02	27.0016	Esfigmomanômetro aneróide adulto com pedestal	11
03	27.0786	Esfigmomanômetro aneróide com braçadeira para obeso	21
04	27.0554	Esfigmomanômetro aneróide portátil	12
05	27.0555	Esfigmomanômetro digital de braço	21
06	27.0769	Poltrona Hospitalar com braçadeira	01
07	27.0873	Cilindro para Oxigênio Medicinal (cor verde); 15 Litros; Pressão de 150 Bar (mínimo	03
08	28.006	Eletrodo para desfibrilador - pás adesivas - diversos compatíveis	21
09	27.0255	Desfibrilador bifásico 200 joules	03
10	27.0749	Mesa para Exame/Tratamento Clínico (divã), 3 portas e 3 gavetas	01
11	27.1183	Eletrocardiógrafo de 12 canais (derivações)	04
12	27.0756	Lixeira branca hospitalar, com pedal, 30 litros	03
13	27.0063	Estetoscópio adulto	02
14	27.0122	Oxímetro de pulso, adulto	01
15	27.1019	Reanimador Manual Silicone Adulto (Ambu)	01
17	27.0553	Suporte de braço - braçadeira (BEC)	01
19	27.1204	Glicosímetro, faixa de medição, alimentação: bateria (diversos)	05
20	27.1137	Bolsa/Mochila para transporte de medicamentos	01
22	27.0754	Inalador nebulizador a ar comprimido - portátil	05

Endereço		2ª RAJ - Fórum Araçatuba - Praça Doutor Maurício Martins Leite, 60 - Vila São Paulo - CEP 16015-600 - Araçatuba - SP	
Contato		Administrador	
Item	Código	Descrição do Item	Qtidade
01	27.0798	Válvula Reguladora de Pressão para Cilindro de Oxigênio - 15 litros	01
02	27.0016	Esfigmomanômetro aneróide adulto com pedestal	01
03	27.0786	Esfigmomanômetro aneróide com braçadeira para obeso	01
04	27.0554	Esfigmomanômetro aneróide portátil	02
05	27.0555	Esfigmomanômetro digital de braço	01
06	27.0769	Poltrona Hospitalar com braçadeira	01
07	27.0873	Cilindro para Oxigênio Medicinal (cor verde); 15 Litros; Pressão de 150 Bar (mínimo	01
08	28.006	Eletrodo para desfibrilador - pás adesivas - diversos compatíveis	01
09	270255	Desfibrilador bifásico 200 joules	01
11	271183	Eletrocardiógrafo de 12 canais (derivações)	01
12	27.0756	Lixeira branca hospitalar, com pedal, 30 litros	03
13	27.0063	Estetoscópio adulto	02
14	27.0122	Oxímetro de pulso, adulto	01
15	27.1019	Reanimador Manual Silicone Adulto (Ambu)	01
16	27.0053	Divã adulto para exames clínicos	02
17	27.0553	Suporte de braço - braçadeira (BEC)	01
18	27.0110	Suporte para soro	01
19	27.1204	Glicosímetro, faixa de medição, alimentação: bateria (diversos)	02
20	27.1137	Bolsa/Mochila para transporte de medicamentos	01
21	27.0765	Laringoscópio adulto de lâminas retas e curvas	01
22	27.0754	Inalador nebulizador a ar comprimido - portátil	01

Endereço		3ª RAJ - Fórum Bauru - Rua Afonso Pena, 5-40 - Bela Vista - CEP 17060-900 - Bauru – SP	
Contato		Administrador	
Item	Código	Descrição do Item	Qtidade
01	27.0798	Válvula Reguladora de Pressão para Cilindro de Oxigênio - 15 litros	01
02	27.0016	Esfigmomanômetro aneróide adulto com pedestal	01
03	27.0786	Esfigmomanômetro aneróide com braçadeira para obeso	01
04	27.0554	Esfigmomanômetro aneróide portátil	02
05	27.0555	Esfigmomanômetro digital de braço	01
06	27.0769	Poltrona Hospitalar com braçadeira	01
07	27.0873	Cilindro para Oxigênio Medicinal (cor verde); 15 Litros; Pressão de 150 Bar (mínimo	01
08	28.006	Eletrodo para desfibrilador - pás adesivas - diversos compatíveis	01
09	270255	Desfibrilador bifásico 200 joules	01
11	271183	Eletrocardiógrafo de 12 canais (derivações)	01
12	27.0756	Lixeira branca hospitalar, com pedal, 30 litros	03
13	27.0063	Estetoscópio adulto	02
14	27.0122	Oxímetro de pulso, adulto	01
15	27.1019	Reanimador Manual Silicone Adulto (Ambu)	01
16	27.0053	Divã adulto para exames clínicos	02
17	27.0553	Suporte de braço - braçadeira (BEC)	01
18	27.0110	Suporte para soro	01
19	27.1204	Glicosímetro, faixa de medição, alimentação: bateria (diversos)	02
20	27.1137	Bolsa/Mochila para transporte de medicamentos	01
21	27.0765	Laringoscópio adulto de lâminas retas e curvas	01
22	27.0754	Inalador nebulizador a ar comprimido - portátil	01

Endereço		4ª RAJ – Fórum Campinas - Av. Francisco Xavier Arruda Camargo, 300 - Jardim Santana, CEP 13088-653 - Campinas – SP	
Contato		Administrador	
Item	Código	Descrição do Item	Qtidade
01	27.0798	Válvula Reguladora de Pressão para Cilindro de Oxigênio - 15 litros	01
02	27.0016	Esfigmomanômetro aneróide adulto com pedestal	01
03	27.0786	Esfigmomanômetro aneróide com braçadeira para obeso	01
04	27.0554	Esfigmomanômetro aneróide portátil	02
05	27.0555	Esfigmomanômetro digital de braço	01
06	27.0769	Poltrona Hospitalar com braçadeira	01
07	27.0873	Cilindro para Oxigênio Medicinal (cor verde); 15 Litros; Pressão de 150 Bar (mínimo	01
08	28.006	Eletrodo para desfibrilador - pás adesivas - diversos compatíveis	01
09	270255	Desfibrilador bifásico 200 joules	01
11	271183	Eletrocardiógrafo de 12 canais (derivações)	01
12	27.0756	Lixeira branca hospitalar, com pedal, 30 litros	03
13	27.0063	Estetoscópio adulto	02
14	27.0122	Oxímetro de pulso, adulto	01
15	27.1019	Reanimador Manual Silicone Adulto (Ambu)	01
16	27.0053	Divã adulto para exames clínicos	02
17	27.0553	Suporte de braço - braçadeira (BEC)	01
18	27.0110	Suporte para soro	01
19	27.1204	Glicosímetro, faixa de medição, alimentação: bateria (diversos)	02
20	27.1137	Bolsa/Mochila para transporte de medicamentos	01
21	27.0765	Laringoscópio adulto de lâminas retas e curvas	01
22	27.0754	Inalador nebulizador a ar comprimido - portátil	01

Endereço		5ª RAJ - Fórum Presidente Prudente - Avenida Coronel José Soares Marcondes, 2201 - Vila Comercial - CEP 19013-050 - Presidente Prudente – SP	
Contato		Administrador	
Item	Código	Descrição do Item	Qtidade
01	27.0798	Válvula Reguladora de Pressão para Cilindro de Oxigênio - 15 litros	01
02	27.0016	Esfigmomanômetro aneróide adulto com pedestal	01
03	27.0786	Esfigmomanômetro aneróide com braçadeira para obeso	01
04	27.0554	Esfigmomanômetro aneróide portátil	02
05	27.0555	Esfigmomanômetro digital de braço	01
06	27.0769	Poltrona Hospitalar com braçadeira	01
07	27.0873	Cilindro para Oxigênio Medicinal (cor verde); 15 Litros; Pressão de 150 Bar (mínimo	01
08	28.006	Eletrodo para desfibrilador - pás adesivas - diversos compatíveis	01
09	270255	Desfibrilador bifásico 200 joules	01
11	271183	Eletrocardiógrafo de 12 canais (derivações)	01
12	27.0756	Lixeira branca hospitalar, com pedal, 30 litros	03
13	27.0063	Estetoscópio adulto	02
14	27.0122	Oxímetro de pulso, adulto	01
15	27.1019	Reanimador Manual Silicone Adulto (Ambu)	01
16	27.0053	Divã adulto para exames clínicos	02
17	27.0553	Suporte de braço - braçadeira (BEC)	01
18	27.0110	Suporte para soro	01
19	27.1204	Glicosímetro, faixa de medição, alimentação: bateria (diversos)	02
20	27.1137	Bolsa/Mochila para transporte de medicamentos	01
21	27.0765	Laringoscópio adulto de lâminas retas e curvas	01
22	27.0754	Inalador nebulizador a ar comprimido - portátil	01

Endereço		6ª RAJ - Fórum Ribeirão Preto - Rua Alice Alem Saadi, 1010 , 1010 - Nova Ribeirânia - CEP 14096-570 - Ribeirão Preto - SP	
Contato		Administrador	
Item	Código	Descrição do Item	Qtidade
01	27.0798	Válvula Reguladora de Pressão para Cilindro de Oxigênio - 15 litros	01
02	27.0016	Esfigmomanômetro aneróide adulto com pedestal	01
03	27.0786	Esfigmomanômetro aneróide com braçadeira para obeso	01
04	27.0554	Esfigmomanômetro aneróide portátil	02
05	27.0555	Esfigmomanômetro digital de braço	01
06	27.0769	Poltrona Hospitalar com braçadeira	01
07	27.0873	Cilindro para Oxigênio Medicinal (cor verde); 15 Litros; Pressão de 150 Bar (mínimo	01
08	28.006	Eletrodo para desfibrilador - pás adesivas - diversos compatíveis	01
09	270255	Desfibrilador bifásico 200 joules	01
11	271183	Eletrocardiógrafo de 12 canais (derivações)	01
12	27.0756	Lixeira branca hospitalar, com pedal, 30 litros	03
13	27.0063	Estetoscópio adulto	02
14	27.0122	Oxímetro de pulso, adulto	01
15	27.1019	Reanimador Manual Silicone Adulto (Ambu)	01
16	27.0053	Divã adulto para exames clínicos	02
17	27.0553	Suporte de braço - braçadeira (BEC)	01
18	27.0110	Suporte para soro	01
19	27.1204	Glicosímetro, faixa de medição, alimentação: bateria (diversos)	02
20	27.1137	Bolsa/Mochila para transporte de medicamentos	01
21	27.0765	Laringoscópio adulto de lâminas retas e curvas	01
22	27.0754	Inalador nebulizador a ar comprimido - portátil	01

Endereço		7ª RAJ – Fórum Santos - Praça Patriarca José Bonifácio, s/nº - Centro - CEP 11013-190 - Santos – SP	
Contato		Administrador	
Item	Código	Descrição do Item	Qtidade
01	27.0798	Válvula Reguladora de Pressão para Cilindro de Oxigênio - 15 litros	01
02	27.0016	Esfigmomanômetro aneróide adulto com pedestal	01
03	27.0786	Esfigmomanômetro aneróide com braçadeira para obeso	01
04	27.0554	Esfigmomanômetro aneróide portátil	02
05	27.0555	Esfigmomanômetro digital de braço	01
06	27.0769	Poltrona Hospitalar com braçadeira	01
07	27.0873	Cilindro para Oxigênio Medicinal (cor verde); 15 Litros; Pressão de 150 Bar (mínimo	01
08	28.006	Eletrodo para desfibrilador - pás adesivas - diversos compatíveis	01
09	270255	Desfibrilador bifásico 200 joules	01
11	271183	Eletrocardiógrafo de 12 canais (derivações)	01
12	27.0756	Lixeira branca hospitalar, com pedal, 30 litros	03
13	27.0063	Estetoscópio adulto	02
14	27.0122	Oxímetro de pulso, adulto	01
15	27.1019	Reanimador Manual Silicone Adulto (Ambu)	01
16	27.0053	Divã adulto para exames clínicos	02
17	27.0553	Suporte de braço - braçadeira (BEC)	01
18	27.0110	Suporte para soro	01
19	27.1204	Glicosímetro, faixa de medição, alimentação: bateria (diversos)	02
20	27.1137	Bolsa/Mochila para transporte de medicamentos	01
21	27.0765	Laringoscópio adulto de lâminas retas e curvas	01
22	27.0754	Inalador nebulizador a ar comprimido - portátil	01

Endereço		8ª RAJ - Fórum São José do Rio Preto - Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 3036 - Centro - CEP 15010-902 - São José do Rio Preto – SP	
Contato		Administrador	
Item	Código	Descrição do Item	Qtidade
01	27.0798	Válvula Reguladora de Pressão para Cilindro de Oxigênio - 15 litros	01
02	27.0016	Esfigmomanômetro aneróide adulto com pedestal	01
03	27.0786	Esfigmomanômetro aneróide com braçadeira para obeso	01
04	27.0554	Esfigmomanômetro aneróide portátil	02
05	27.0555	Esfigmomanômetro digital de braço	01
06	27.0769	Poltrona Hospitalar com braçadeira	01
07	27.0873	Cilindro para Oxigênio Medicinal (cor verde); 15 Litros; Pressão de 150 Bar (mínimo	01
08	28.006	Eletrodo para desfibrilador - pás adesivas - diversos compatíveis	01
09	270255	Desfibrilador bifásico 200 joules	01
11	271183	Eletrocardiógrafo de 12 canais (derivações)	01
12	27.0756	Lixeira branca hospitalar, com pedal, 30 litros	03
13	27.0063	Estetoscópio adulto	02
14	27.0122	Oxímetro de pulso, adulto	01
15	27.1019	Reanimador Manual Silicone Adulto (Ambu)	01
16	27.0053	Divã adulto para exames clínicos	02
17	27.0553	Suporte de braço - braçadeira (BEC)	01
18	27.0110	Suporte para soro	01
19	27.1204	Glicosímetro, faixa de medição, alimentação: bateria (diversos)	02
20	27.1137	Bolsa/Mochila para transporte de medicamentos	01
21	27.0765	Laringoscópio adulto de lâminas retas e curvas	01
22	27.0754	Inalador nebulizador a ar comprimido - portátil	01

Endereço		9ª RAJ - Fórum São José dos Campos - Avenida Salmão, 678 - Parque Residencial Aquarius - CEP 12246-260 - São José dos Campos – SP	
Contato		Administrador	
Item	Código	Descrição do Item	Qtidade
01	27.0798	Válvula Reguladora de Pressão para Cilindro de Oxigênio - 15 litros	01
02	27.0016	Esfigmomanômetro aneróide adulto com pedestal	01
03	27.0786	Esfigmomanômetro aneróide com braçadeira para obeso	01
04	27.0554	Esfigmomanômetro aneróide portátil	02
05	27.0555	Esfigmomanômetro digital de braço	01
06	27.0769	Poltrona Hospitalar com braçadeira	01
07	27.0873	Cilindro para Oxigênio Medicinal (cor verde); 15 Litros; Pressão de 150 Bar (mínimo	01
08	28.006	Eletrodo para desfibrilador - pás adesivas - diversos compatíveis	01
09	270255	Desfibrilador bifásico 200 joules	01
11	271183	Eletrocardiógrafo de 12 canais (derivações)	01
12	27.0756	Lixeira branca hospitalar, com pedal, 30 litros	03
13	27.0063	Estetoscópio adulto	02
14	27.0122	Oxímetro de pulso, adulto	01
15	27.1019	Reanimador Manual Silicone Adulto (Ambu)	01
16	27.0053	Divã adulto para exames clínicos	02
17	27.0553	Suporte de braço - braçadeira (BEC)	01
18	27.0110	Suporte para soro	01
19	27.1204	Glicosímetro, faixa de medição, alimentação: bateria (diversos)	02
20	27.1137	Bolsa/Mochila para transporte de medicamentos	01
21	27.0765	Laringoscópio adulto de lâminas retas e curvas	01
22	27.0754	Inalador nebulizador a ar comprimido - portátil	01

Endereço		10ª RAJ – Fórum Sorocaba - Rua 28 de Outubro, 691 - Alto da Boa Vista - CEP 18087-080 - Sorocaba – SP.	
Contato		Administrador	
Item	Código	Descrição do Item	Qtidade
01	27.0798	Válvula Reguladora de Pressão para Cilindro de Oxigênio - 15 litros	01
02	27.0016	Esfigmomanômetro aneróide adulto com pedestal	01
03	27.0786	Esfigmomanômetro aneróide com braçadeira para obeso	01
04	27.0554	Esfigmomanômetro aneróide portátil	02
05	27.0555	Esfigmomanômetro digital de braço	01
06	27.0769	Poltrona Hospitalar com braçadeira	01
07	27.0873	Cilindro para Oxigênio Medicinal (cor verde); 15 Litros; Pressão de 150 Bar (mínimo	01
08	28.006	Eletrodo para desfibrilador - pás adesivas - diversos compatíveis	01
09	270255	Desfibrilador bifásico 200 joules	01
11	271183	Eletrocardiógrafo de 12 canais (derivações)	01
12	27.0756	Lixeira branca hospitalar, com pedal, 30 litros	03
13	27.0063	Estetoscópio adulto	02
14	27.0122	Oxímetro de pulso, adulto	01
15	27.1019	Reanimador Manual Silicone Adulto (Ambu)	01
16	27.0053	Divã adulto para exames clínicos	02
17	27.0553	Suporte de braço - braçadeira (BEC)	01
18	27.0110	Suporte para soro	01
19	27.1204	Glicosímetro, faixa de medição, alimentação: bateria (diversos)	02
20	27.1137	Bolsa/Mochila para transporte de medicamentos	01
21	27.0765	Laringoscópio adulto de lâminas retas e curvas	01
22	27.0754	Inalador nebulizador a ar comprimido - portátil	01

Catálogo - Itens selecionados

Sequencial	ID	Nome	Tipo	Unidade Medida	NCM/NBS	Margem Preferencia
1	434227	Esfigmomanômetro Ajuste: Analógico, Aneróide, Uso: Pedestal C/ Rodízios, Tipo*: De Braço, Faixa De Operação: Até 300MMHG, Material Braçadeira: Braçadeira Em Nylon, Tipo Fecho: Fecho Em Velcro, Tamanho: Adulto	MATERIAL	Unidade		false
2	432481	Esfigmomanômetro Ajuste: Analógico, Aneróide, Tipo*: De Braço, Faixa De Operação: Até 300MMHG, Material Braçadeira: Braçadeira Em Tecido, Tipo Fecho: Fecho Em Metal, Tamanho: Adulto Obeso	MATERIAL	Unidade		false
3	432470	Esfigmomanômetro Ajuste: Analógico, Aneróide, Tipo*: De Braço, Faixa De Operação: Até 300MMHG, Material Braçadeira: Braçadeira Em Tecido, Tipo Fecho: Fecho Em Velcro, Tamanho: Adulto	MATERIAL	Unidade		false
4	436498	Esfigmomanômetro Ajuste: Digital, Tipo*: De Braço, Faixa De Operação: Até 300MMHG, Material Braçadeira: Braçadeira Em Nylon, Tipo Fecho: Fecho Em Velcro, Tamanho: Adulto	MATERIAL	Unidade		false
5	620705	Eletrodo Uso Médico Aplicação 1: P/ Sistema De Mapeamento Cardíaco Eletroanatômico, Modelo: De Superfície, Referência Externa, Tipo: Adesivo, Acessório: C/ Cabo Compatível C/ Equipamento, Esterilidade: Uso Único, Apresentação: Conjunto Cerca De 6 Eletrodos	MATERIAL	Embalagem 2 UN		false
6	615327	Desfibrilador Externo Modelo: Desfibrilador Externo Automático - Dea, Modo De Funcionamento: Automático, Semiautomático E Manual, Forma De Onda: Retilíneo Bifásico, Recursos: Auxílio Pcr C/ Registro De Eventos, Autonomia Da Bateria (Nº De Choques): Mínimo 300 Choques, Alimentação: Bateria Recarregável, Transferência De Dados: Com E Sem Fio	MATERIAL	Unidade		false
7	615388	Eletrocardiógrafo Aplicação: Adulto E Pediátrico, Número De Canais: 12, Tipo Tela Do Console: Tela Cerca De 15 A 17" Com Visor Gráfico, Modelo Console: Operação No Console, Alimentação: Bivolt Automático, Transferência De Dados: Com E Sem Fio, Impressora: Com Impressora Integrada	MATERIAL	Unidade	90181100	false
8	438928	Estetoscópio Tipo: Biauricular, Acessórios: Olivas Anatômicas Silicone, Haste: Haste Aço Inox, Tubo: Tubo "Y" Pvc, Auscultador: Auscultador Duplo Aço Inox	MATERIAL	Unidade		false
9	441983	Oxímetro Uso Médico Tipo: Dedo, Faixa Medição Saturação 1: 0 A 100%, Faixa Medição	MATERIAL	Unidade		false

		Pulso 1: Cerca De 20 A 250BPM, Autonomia Sistema 1: Cerca 24H, Alimentação: Pilha, Acessórios: C/ Sensor				
10	389555	Monitor Portátil Operação: Digital, Tipo Amostra: Sangue Capilar, Tipo De Análise: Quantitativo De Glicose, Faixa De Operação: Até 600MG/DL, Tempo Resposta: Até 10S, Memória: Até 250 Testes	MATERIAL	Unidade	90181980	false
11	445603	Laringoscópio Tipo Lâmpada: De Fibra Ótica, Componentes: C/ 7 Lâminas, Componentes Adicionais: C/Cabo, Material 2: Em Aço Inoxidável, Tamanho Cabo: Adulto E Infantil, Embalagem*: C/ Estojo	MATERIAL	Unidade		false

Catálogo - Itens selecionados

Sequencial	ID	Nome	Tipo	Unidade Medida	NCM/NBS	Margem Preferencia
1	484081	Poltrona Reclinável Cor: Azul, Componentes: Assento,Encosto,Apoio Braços E Pés Articulados, Características Adicionais: Apoio P/ Pés Acoplado A Poltrona, Acabamento: Estofado De Espuma Revestido Em Courvin, Largura: 74CM, Profundidade: 74, Estrutura: Tubular, Aplicação: Hospitalar, Modelo: Encosto E Braço Regulável	MATERIAL	Unidade		false
2	211580	Mesa Ginecológica Estrutura: Madeira, Acabamento Superficial Estrutura: Laminado Decorativo, Material Leito: Estofado, Acabamento Superficial Material Leito: Courvin, Tipo Movimento: Anterior, Posterior, Central E Trendelemburg, Acabamento Pés: Ponteria Plástica, Material Gaveta Escoamento Líquidos: Chapa Aço, Acabamento Superficial Gaveta Escoamento: Inoxidável, Características Adicionais: 3 Gavetas E 2 Portas Laterais, Material Porta-Coxa: Estofado, Revestimento Porta-Coxa: Courvin, Acabamento Superficial Porta-Coxa: Cromado	MATERIAL	Unidade		false
3	610860	Lixeira Material: Polietileno Alta Densidade, Capacidade: 30L, Tipo: Com Tampa E Pedal Acoplados, Características Adicionais: Conforme Modelo, Cor: Branca	MATERIAL	Unidade		false
4	428414	Divã Clínico Material Estrutura: Estrutura Tubular Aço Inox, Comprimento: Cerca De 1,80M, Largura: Cerca De 0,70M, Altura: Cerca De 0,80M, Material Estofamento: Espuma Densidade 28, Revestimento: Revestido Em Courvin, Acessórios: Cabeceira Regulável, Característica Adicional: Leito Fixo, Cabeceira Movél	MATERIAL	Unidade		false
5	407740	Apoio De Braço Para Coleta De Sangue Material: Aço Inoxidável, Acabamento Da Estrutura: Pintura Em Epóxi, Regulagem: Regulagem De Altura Por Manopla, Pés: Com 4 Pés Em Ferro Fundido, Revestimento: Courvin Ou Napa	MATERIAL	Unidade		false
6	415940	Suporte Para Soro Material: Aço Inoxidável Ou Alumínio, Regulagem: Regulagem De Altura, Rodízios: Com Rodízios De 2", Ganchos: 4 Ganchos	MATERIAL	Unidade		false

Catálogo - Itens selecionados

Sequencial	ID	Nome	Tipo	Unidade Medida	NCM/NBS	Margem Preferencia
1	621803	Válvula Reguladora Para Gases Medicinais Modelo: Válvula Reguladora De Pressão, Compatibilidade: P/ Cilindro, Tipo De Gás: P/ Oxigênio, Componente: C/ 1 Manômetro, Material: Latão Cromado E Polímero	MATERIAL	Unidade		false
2	482803	Cilindro Gás Material: Alumínio, Capacidade Armazenagem: 10L, Tipo Gás: Oxigênio, Características Adicionais: Com Regulador De Pressão 0-4 L/Min	MATERIAL	Unidade		false
3	456412	Reanimador Manual Material Balão: Silicone, Capacidade Balão: Cerca 1,5L, Componente 1: Máscara Plástico Rígido C/ Coxim Silicone, Tipo Válvula: Válvula Unidirecional Pop Off Cerca 60 Cmh2o, Tamanhos: Adulto	MATERIAL	Unidade		false
4	441758	Bolsa Tipo: 4 Bolsos Com Alças Para Mãos E Ombro, Material: Cordura, Comprimento: 50CM, Largura: 25CM, Altura: 35CM, Características Adicionais: Divisórias Tipo Colmeia/Pochete Fixada Com Velcro, Aplicação: Guarda De Material De Primeiros-Socorros	MATERIAL	Unidade		false
5	612416	Nebulizador Tipo*: Ultrassônico De Malha Vibratória, Modelo: Portátil, P/ Inalação De Medicamentos, Ajuste: Modo Contínuo E Intermitente, Material: Regulador C/ Gabinete Plástico, Componentes: C/ Cabo, Fonte De Energia: Fonte De Alimentação E Bateria Recarregável	MATERIAL	Unidade		false

ANEXO I-C

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

LOTE 1 - EQUIPAMENTOS DE DIAGNÓSTICO MÉDICO						
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Qtde	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Valor unitário de redução entre lances (R\$)
1	Esfigmomanômetro aneróide adulto com pedestal	unidade	20		-	1,00
2	Esfigmomanômetro aneróide com braçadeira para obeso	unidade	30		-	1,00
3	Esfigmomanômetro aneróide portátil	unidade	30		-	1,00
4	Esfigmomanômetro digital de braço	unidade	30		-	1,00
5	Eletrodo para desfibrilador - pás adesivas - diversos compatíveis	par	30		-	1,00
6	Desfibrilador Externo automático	Unidade	12		-	100,00
7	Eletrocardiógrafo de 12 canais (derivações)	unidade	13		-	50,00
8	Estetoscópio adulto	unidade	20		-	1,00
9	Oxímetro de pulso, adulto	unidade	10		-	1,00
10	Glicosímetro, faixa de medição, alimentação: bateria (diversos)	unidade	23		-	1,00
11	Laringoscópio adulto de lâminas retas e curvas	unidade	9		-	1,00
VALOR TOTAL DO LOTE 1 (R\$)					-	-

LOTE 2 - MOBILIÁRIO HOSPITALAR						
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Qtde	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Valor unitário de redução entre lances (R\$)
1	Poltrona Hospitalar com braçadeira	unidade	10		-	10,00
2	Mesa para Exame/Tratamento Clínico (divã), 3 portas e 3 gavetas	unidade	1		-	10,00
3	Lixeira branca hospitalar, com pedal, 30 litros	unidade	30		-	1,00

4	Divã adulto para exames clínicos	unidade	18		-	10,00
5	Suporte de braço - braçadeira	unidade	10		-	1,00
6	Suporte para soro	unidade	9		-	1,00
VALOR TOTAL DO LOTE 2 (R\$)					-	-

LOTE 3 - SUPRIMENTOS AMBULATORIAIS						
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Qtde	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Valor unitário de redução entre lances (R\$)
1	Válvula Reguladora de Pressão para Cilindro de Oxigênio - 15 litros	unidade	12		-	1,00
2	Cilindro para Oxigênio Medicinal (cor verde); 15 Litros; Pressão de 150 Bar (mínimo)	unidade	12		-	10,00
3	Reanimador Manual Silicone Adulto (Ambu)	unidade	10		-	1,00
4	Bolsa/Mochila para transporte de medicamentos	unidade	10		-	1,00
5	Inalador nebulizador a ar comprimido - portátil	unidade	14		-	1,00
VALOR TOTAL DO LOTE 3 (R\$)					-	-

ANEXO II

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Rua Direita, 250 - 23º andar - Sé
São Paulo - Capital

REFERÊNCIAS:

Modalidade: Pregão Eletrônico

Processo: 2025/126980

Pregão Eletrônico nº: 90011/2026

Tipo: Menor Preço

Data da Abertura da Sessão Pública: Dia 23/02/2026 - **Horário:** 11:00 horas

[razão social], CNPJ nº [número do CNPJ], endereço [endereço completo], por seu/sua representante legal, [nome do(a) representante], CPF nº [número do CPF], para todos os fins legais estabelecidos para fins da presente licitação, declaro que a empresa:

- 1) atende em sua integralidade o disposto na Lei nº 10.097/2000 (*Lei do Aprendiz*);
- 2) atende aos requisitos de habilitação, sendo que o declarante responde pela veracidade das informações prestadas (*inc. I, art. 63, da Lei nº 14.133/2021*);
- 3) estar enquadrada como:
☐ Microempresa (ME);
☐ Empresa de pequeno porte (EPP);
☐ Sociedade cooperativa;
☐ Outras.
- 4) inexistente em seu quadro societário ou cônjuges, de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com membros ou juízes vinculados ao TJSP, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento.
- 5) possui ou providenciará a abertura de conta corrente no Banco do Brasil, antes da assinatura do contrato ou emissão da Nota de Empenho, para realização do pagamento, nos termos do art. 1º do Decreto Estadual nº 62.867/2017.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

OBSERVAÇÃO: esta declaração deverá ser enviada por meio eletrônico, nos termos do subitem 6.6.8.1 do Edital, quando solicitada pelo(a) pregoeiro(a) e apenas para a vencedora da licitação.

ANEXO III

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

DO CONTRATO Nº _____/____

O presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS rege a divulgação de informações entre a CONTRATADA, _____, estabelecida(o) a _____, Município _____, inscrita(o) no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada(o) por _____ ao final assinado, e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede na Praça da Sé s/nº, Centro, São Paulo, SP, CEP 01018-010, inscrito no CNPJ/MF sob nº 51.174.001/0001-93, doravante denominado TJSP, neste ato, por seu representante legal ao final assinalado, o qual, a partir do reconhecimento deste ato, dá conhecimento e estabelece as regras de confidencialidade e de proteção de dados a serem observadas pelas partes:

1. A CONTRATADA DECLARA e compromete-se:
 - a) A cumprir rigorosamente as normas regulamentares sobre a utilização dos meios e infraestrutura, bem como as diretrizes estipuladas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), mantendo a confidencialidade em relação a toda a documentação e à coleta de dados pessoais (sensíveis ou não) indispensáveis à prestação do serviço, se houver. Os dados assim coletados, bem como os dados pessoais sensíveis, somente poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, conforme disposto, respectivamente, nos artigos 8º, § 1º e art. 11, incisos I e II, da LGPD, qual seja (especificar) _____ e, em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins. Não haverá a possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades (inciso I do art. 6º da LGPD), bem como serão consideradas nulas as autorizações genéricas (§ 4º do art. 8º da Lei nº 13.709, 2018). A CONTRATADA, nos termos do art. 7º, § 5º, da LGPD, obriga-se a obter o consentimento do(s) respectivo(s) titular(es), sempre que a disponibilização dos dados ao TJSP assim o requerer. Em se tratando de dados disponibilizados pelo TJSP à CONTRATADA, o Tribunal obterá o consentimento do(s) respectivo(s) titular(es), sempre que a lei assim o requerer, após solicitação da contratada;
 - b) A armazenar os dados obtidos em razão desse contrato em um banco de dados seguro, mantido em território nacional, com transparente identificação do perfil dos credenciados, garantindo-se a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer tempo, de desvios e falhas, vedado seu compartilhamento com terceiros;

- c) Não divulgar as informações obtidas nas atividades exercidas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, exceto quando expressamente autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP);
 - d) Não permitir que qualquer pessoa manuseie qualquer documento físico ou eletrônico que componha ou tenha resultado de atividades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), exceto se devidamente autorizada;
 - e) Não explorar, em benefício próprio ou de terceiros, informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP);
2. DECLARA AINDA CIÊNCIA de que:
- f) Qualquer divulgação oral ou eletrônica, que acompanhe a informação escrita, também será considerada Informação Confidencial. Se a informação for divulgada oral ou eletronicamente sem documentação escrita acompanhando, também será considerada Informação Confidencial, salvo manifestação expressa em contrário da Parte Divulgadora quando da divulgação;
 - g) Dará conhecimento formal aos seus empregados, representantes, prepostos, consultores ou qualquer terceiro que tenha conhecimento da presente contratação, das obrigações e condições acordadas neste item, bem como da Política de Privacidade do TJSP, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais (sensíveis ou não) de que trata a presente cláusula, responsabilizando-se por toda e qualquer operação realizada em desacordo com a Lei nº 13.709/2018 e/ou outros normativos que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados;
 - h) As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, inerentes ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais. Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), por sua vez, é reservada a prerrogativa de monitorar e auditar quaisquer atividades que envolvam dados ou informações cuja perda ou vazamento possa trazer graves implicações ao Tribunal de Justiça ou consequências administrativas, civis ou criminais aos responsáveis por sua violação, notadamente por meio do representante especialmente designado, a que se refere o art. 117 da Lei 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos);
 - i) Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA providenciará seu descarte de forma segura, comunicando o TJSP;

- j) A CONTRATADA deverá comunicar ao TJSP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais sensíveis ou não, a fim de viabilizar a adoção das providências devidas;
- k) As partes se comprometem a adotar as melhores práticas de Proteção de Dados, conforme Lei nº 13.709/2018 e/ou outros normativos que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados;
- l) O TJSP deverá, considerando os meios tecnológicos disponíveis e adequados às suas atividades, a natureza dos dados armazenados e os riscos a que estão expostos, adotar medidas físicas e lógicas, de caráter técnico e organizacional, a fim de prover a confidencialidade e a segurança de seus dados, evitar sua alteração, perda, subtração ou acesso não autorizado, bem como a violação da privacidade dos sujeitos titulares dos dados;
- m) O descumprimento das obrigações relacionadas à confidencialidade e à segurança de dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos, sem prejuízo das sanções estabelecidas, no presente contrato. Desse modo, as partes responderão administrativa e judicialmente, e, em solidariedade com os agentes de tratamento, estes conceituados nos incisos VI, VII e VIII do art. 5ª da Lei nº 13.709/2018, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD, conforme previsto em seu art. 42, § 1º, inciso I;
- n) O presente Acordo somente poderá ser alterado mediante consentimento mútuo e Aditamento por escrito, assinado por ambas as partes. As obrigações de confidencialidade contidas no presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS se perpetuarão por tempo indeterminado, independente do término da vigência do CONTRATO.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
(Assinado Digitalmente)

CONTRATADA
(Assinado Digitalmente)

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

*Contrato lavrado entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO** e a XXXXXXXXXXXXX, para aquisição de equipamentos médicos nas unidades ambulatoriais do Tribunal de Justiça na Capital e no Interior da 2ª a 10ª RAJ, de acordo com o **Pregão Eletrônico nº XXXXXX/2025**, integrante do **Processo nº 2025/126980**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021; Lei Complementar Federal nº 123/2006, do Provimento CSM nº 2.724/2023 e Resoluções do Conselho Nacional de Justiça nº 7/2005, 9/2005, 181/2013, 207/2015, 229/2016 e 351/2020, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como de toda legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com as citadas leis.*

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 51.174.001/0001-93, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo [____cargo do representante____], o Dr. [____Nome do Representante____], portador da Cédula de Identidade R.G. nº [____.____.____-____] e do C.P.F. nº [____.____.____-____], e a **[NOME DA EMPRESA]**, estabelecida na [____Endereço, Cidade e Estado____], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº [____.____.____/____-____], doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato por seu (a) [____cargo do representante____], o Sr. (a) [____Nome do Representante____], portador da Cédula de Identidade R.G. nº [____.____.____-____] e do C.P.F. nº [____.____.____-____], assinam o presente instrumento sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1-** O objeto do presente contrato consiste na aquisição de equipamentos médicos a serem distribuídos para as unidades ambulatoriais do Tribunal de Justiça na Capital e no Interior da 2ª a 10ª RAJ, por **LOTES**, conforme especificações constantes no **Anexo I**;
- 1.2-** Catálogo de Materiais (CatMat): conforme **Anexo I-B**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL DE ENTREGA

Os produtos, objeto desta contratação, deverão ser entregues, devidamente identificados com o nome do fornecedor/fabricante, nos locais indicados conforme **Anexo I-A - Endereços de Entrega**, mediante agendamento prévio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DE CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA

- 3.1- A CONTRATADA deverá entregar os equipamentos em até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do Contrato pela CONTRATADA.
- 3.2- A entrega do objeto desta contratação deverá ser feita no local indicado na Cláusula Segunda, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas de embalagem (quando cabível), seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento.
- 3.3- Todos os produtos que porventura apresentarem defeitos de fabricação ou estiverem em desacordo com o especificado deverão ser substituídos pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 3.4- Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados (quando cabível). A embalagem deverá proporcionar a devida proteção durante o transporte, garantindo a integridade, bem como conter as informações necessárias à identificação e segurança dos produtos.
- 3.5- Demais condições estão descritas no **Anexo I** – Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1. A CONTRATADA dará plena e fiel execução ao presente instrumento, respeitando todas as suas cláusulas e condições do **Anexo I** – Termo de Referência, obrigando-se ainda a:
 - 4.1.1. Responder e responsabilizar-se pela segurança dos serviços prestados e/ou material fornecido perante o CONTRATANTE, seus próprios funcionários e terceiros, bem como, eventuais danos patrimoniais ou extrapatrimoniais causados, adotando cuidados para prevenção de acidentes, com observação e cumprimento das normas, regulamento e determinações de segurança, adotando as medidas corretivas necessárias.
 - 4.1.2. Assumir exclusiva e total responsabilidade por todo e qualquer dano físico ou moral, material e/ou lucros cessantes, ocasionado a qualquer de seus funcionários ou a terceiros e pela segurança de suas operações.
 - 4.1.3. Indenizar o CONTRATANTE, por quaisquer danos causados por seus funcionários às instalações ou bens de propriedade do CONTRATANTE, bem como, danos físicos ou morais, causados aos funcionários do CONTRATANTE ou a terceiros.
 - 4.1.4. Manter, durante a vigência contratual, as mesmas condições que propiciaram sua habilitação e qualificação no procedimento licitatório.
 - 4.1.5. Aceitar os acréscimos ou supressões no objeto contratual, a critério do CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 125, *caput*.
 - 4.1.6. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, nos termos do Inciso XVII, Artigo 92, da Lei Federal nº 14.133/2021.
 - 4.1.6.1. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos mencionada no subitem 4.1.6, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

- 4.2.** É de responsabilidade da CONTRATADA o recolhimento de tributos incidentes sobre os serviços ora contratados.
- 4.3.** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do contratado não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 4.3.1.** Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo desde que:
- 4.3.1.1.** Sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 4.3.1.2.** Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- 4.3.1.3.** Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e **haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.**
- 4.4.** Na ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou transferência de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital social, a Contratada deverá comunicar, de imediato, o Contratante para conhecimento e análise, em conformidade quanto ao disposto no subitem anterior e que, se aprovado, deverá ser formalizado através de termo aditivo.
- 4.5. Cumprimento da Resolução CNJ nº 351/2020**
- 4.5.1.** O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mantém canal permanente para acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, resguardado pelo sigilo profissional, a fim de minimizar riscos psicossociais e promover a saúde mental no trabalho, nos termos do art. 19 e 21 da Resolução CNJ nº 351/2020;
- 4.5.2.** Nas situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, o funcionário ou a funcionária, o estagiário ou a estagiária deverá entrar em contato com a Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), por meio do Canal Direto com o Presidente, e-mail: daps@tjsp.jus.br, contendo:
- 4.5.2.1.** Nome completo, posto de trabalho, e-mail e CPF do requerente;
- 4.5.2.2.** Nome da empresa contratada;
- 4.5.2.3.** Descrição sucinta dos acontecimentos.
- 4.5.3.** A empresa contratada deverá comunicar aos funcionários ou às funcionárias, aos estagiários ou às estagiárias sobre a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e de todas as formas de discriminação definidos no art. 2º da Resolução CNJ nº 351/2020, assim como o Canal Direto com o Presidente do Tribunal de Justiça, e-mail: daps@tjsp.jus.br;
- 4.5.4.** A íntegra da Resolução CNJ nº 351/2020 poderá ser obtida no endereço eletrônico: atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557;
- 4.5.5.** Nos casos de retaliação ao funcionário ou à funcionária, ao estagiário ou à estagiária da empresa contratada que tenham noticiado fatos relacionados à Resolução CNJ nº 351/2020, mesmo após eventual rescisão do contrato com a empresa contratada, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), deverá analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do

Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1-** O CONTRATANTE dará plena e fiel execução ao presente instrumento, respeitando todas as suas cláusulas e condições, obrigando-se ainda a:
- 5.1.1-** Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do contrato.
 - 5.1.2-** Comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, sobre eventual mudança do endereço de cobrança.
 - 5.1.3-** Permitir livre acesso às instalações, quando solicitado pela CONTRATADA ou seus empregados em serviço.
- 5.2-** O CONTRATANTE terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do inciso XI, artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 6.1-** A gestão e fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONTRATANTE, nos termos do Capítulo IX do Provimento CSM nº 2.724/2023, não suprimindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.2-** Atuarão na fase da gestão, da fiscalização e do recebimento do objeto, os servidores indicados pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da E. Presidência deste Tribunal.
- 6.3-** Para efeito do disposto nesta cláusula, o CONTRATANTE registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas comunicando-as à CONTRATADA para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- 6.4-** A Diretoria de Auditoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo poderá, a qualquer tempo, solicitar à CONTRATADA seus documentos e escriturações fiscais e/ou contábeis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DOS BENS

- 7.1-** O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual devem ser realizados na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, e nos termos do art. 102 do Provimento CSM nº 2.724/2023.
- 7.2-** Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no **Anexo I – Termo de Referência**.
- 7.3-** Na ausência de prazos no **Anexo I – Termo de Referência**, fica estabelecido que:
- 7.3.1-** O recebimento provisório será realizado em até 10 (dez) dias úteis; e

- 7.3.2-** O recebimento definitivo em até 30 (trinta) dias úteis, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 7.4-** O Recebimento Provisório poderá ser dispensado, quando assim previsto no **Anexo I**
- 7.5-** Os documentos que comprovem o recebimento provisório e definitivo deverão ser apresentados ao(à) Fiscal do Contrato e, posteriormente, serão juntados no processo de acompanhamento da execução contratual.
- 7.6-** O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento será efetuado com base no objeto do contrato e nos serviços efetivamente prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos dos serviços.
- 7.7-** Para o efeito do disposto no subitem anterior, o(a) responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços contratados, os seguintes aspectos:
- a)** a qualidade do material e dos produtos empregados
 - b)** a presteza no atendimento das solicitações da Administração; e,
 - c)** o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas no contrato.
- 7.6-** Caso os serviços não sejam executados nas formas previstas no contrato, a Contratada deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da notificação do(a) Fiscal do Contrato, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

Os preços unitários e os totais por item estão descritos na Proposta Comercial – **Anexo II** deste contrato, conforme quadro abaixo:

Lote 1 – Equipamentos de diagnóstico médico

Item	Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	270.016	Esfigmomanômetro aneróide adulto com pedestal	unidade	20		
2	270.786	Esfigmomanômetro aneróide com braçadeira para obeso	unidade	30		
3	270.554	Esfigmomanômetro aneróide portátil	unidade	30		
4	270.555	Esfigmomanômetro digital de braço	unidade	30		
5	280.006	Eletrodo para desfibrilador - pás adesivas - diversos compatíveis	par	30		
6	271.182	Desfibrilador Externo automático	Unidade	12		
7	271.183	Eletrocardiógrafo de 12 canais (derivações)	unidade	13		
8	270.063	Estetoscópio adulto	unidade	20		
9	270.122	Oxímetro de pulso, adulto	unidade	10		
10	271.204	Glicosímetro, faixa de medição, alimentação: bateria (diversos)	unidade	23		
11	270.765	Laringoscópio adulto de lâminas retas e curvas	unidade	9		

Lote 2 – Mobiliário Hospitalar

Item	Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	270.769	Poltrona Hospitalar com braçadeira	unidade	10		
2	270.749	Mesa para Exame/Tratamento Clínico (divã), 3 portas e 3 gavetas	unidade	1		
3	270.756	Lixeira branca hospitalar, com pedal, 30 litros	unidade	30		
4	270.053	Divã adulto para exames clínicos	unidade	18		
5	270.553	Suporte de braço - braçadeira	unidade	10		
6	270.110	Suporte para soro	unidade	9		

Lote 3 – Suprimentos ambulatoriais

Item	Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	270.798	Válvula Reguladora de Pressão para Cilindro de Oxigênio - 15 litros	unidade	12		
2	270.873	Cilindro para Oxigênio Medicinal (cor verde); 15 Litros; Pressão de 150 Bar (mínimo)	unidade	12		
3	271.019	Reanimador Manual Silicone Adulto (Ambu)	unidade	10		
4	271.137	Bolsa/Mochila para transporte de medicamentos	unidade	10		
5	270.754	Inalador nebulizador a ar comprimido - portátil	unidade	14		

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias corridos após o ateste da nota fiscal.
- 9.2. Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/1989, e do Decreto Estadual nº 32.117/1990, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata tempore, em relação ao atraso verificado.
- 9.3- O(a) credor(a) que apresentar registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá ter regularizada a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a Contratada comprovar a regularização junto a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal de Justiça, para efeito de regular pagamento.
- 9.4- Para o pagamento deverão ser apresentadas Notas Fiscais/Faturas, com indicação do número da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A., bem como deverá ser mencionado o nº da Nota de Empenho respectivo, que a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças remeterá a empresa no momento do empenhamento, as quais serão atestadas definitivamente pelos(as) servidores(as) designados(as) pela Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça e, em seguida, encaminhadas a SOF para efetivo pagamento.

- 9.5-** O recebimento será sempre integral (atestado da Nota Fiscal/Fatura), não se admitindo atestado parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis.
- 9.5.1-** Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do subitem 9.2 desta cláusula.
- 9.5.2-** A contratada não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo do contrato.
- 9.5.3-** As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido neste contrato, na nota de empenho, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis, sendo que e neste caso o prazo previsto no subitem 9.1 desta cláusula será interrompido.
- 9.5.4-** A contagem do prazo previsto para pagamento será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.
- 9.6-** Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no atestado do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que foi verificada a autenticidade da NF-e.
- 9.6.1-** Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da chave de acesso no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente www.fazenda.sp.gov.br ⇒ NF-e ou nota fiscal eletrônica ⇒ Consulta de NF-e de mercadorias ou www.nfe.fazenda.gov.br ⇒ Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.
- 9.6.2-** No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.
- 9.7-** Será realizada a retenção de imposto de Renda, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado de **13/10/2025**, data do orçamento estimado (§ 7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/21, com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores ao de sua incidência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

- 11.1-** O valor total do presente contrato é de R\$ __, __ (____).

- 11.2-** As despesas com a execução deste Contrato correrão à conta da classificação da despesa [XX.XX.XX]– [_____] da dotação orçamentária consignada ao Tribunal neste exercício, no Programa de Trabalho 303 – Processo Judiciário do Tribunal de Justiça. As despesas de exercícios futuros correrão conta da dotação a ser consignada ao Tribunal no orçamento desses exercícios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será pelo prazo de 67 (sessenta e sete) dias, contados da assinatura do contrato pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DOS BENS

O prazo de garantia dos materiais se dará nos termos estabelecidos no Item 6 do **Anexo I**, Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO

- 14.1-** A ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar às infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, será objeto de Processo Administrativo Apuratório nos termos do Capítulo XII – Sanções Administrativas, do Provimento CSM nº 2.724/2023.

- 14.2-** Na penalidade de multa, caso não esteja estipulada nos Anexos deste Contrato, será aplicado o percentual indicado abaixo, observados os limites mínimos e máximos do § 3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

14.2.1- 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor mensal do Contrato, no caso de suspensão ou interrupção dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;

14.2.2- 2% (dois por cento) sobre o valor mensal do Contrato, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

14.2.3- 10% (dez por cento) sobre o valor anual do Contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

14.2.4- 20% (vinte por cento) sobre o valor anual do Contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida;

14.2.5- 20% (vinte por cento) sobre o valor anual do Contrato, no caso de recusa da contratada em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Tribunal de Justiça ou pelo edital, além do pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação ou contratação para o mesmo fim;

14.2.6- 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor mensal do Contrato, no caso de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias para assinatura do contrato, da prestação de garantia ou da execução do serviço de assistência técnica em bem ou produto em período de garantia ou execução de serviço de garantia em obra;

- 14.3-** A Contratada que der causa à inexecução total do contrato, que dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, poderá ficar **impedido de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos.
- 14.4-** A Contratada que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 14.846, de 1º de agosto de 2013, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará **proibido de licitar e contratar, através da Declaração de Inidoneidade**, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 14.4.1-** As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida do subitem 14.3 desta cláusula, também sofrerão a sanção mencionada no subitem 14.4 acima.
- 14.5-** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, nos termos do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.6-** Independentemente da efetivação da extinção contratual, fica facultado ao CONTRATANTE a retenção de quaisquer importâncias devidas a CONTRATADA para pagamento ou amortização, total ou parcial, das multas aplicadas e/ou perdas causadas, sem prejuízo da adoção das medidas acima e judiciais para cobrança do remanescente ou mesmo do valor total devido, caso não seja possível a retenção ora pactuada ou esta seja insuficiente.
- 14.7-** O CONTRATANTE suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e civis.
- 14.8-** Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela Contratada, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/1989, e do Decreto Estadual nº 32.117/1990, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e terá seu extrato publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Estado de São Paulo (DEJESP).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS NORMAS

- 16.1.** As partes contratadas estão sujeitas, além das cláusulas deste contrato, aos termos do Instrumento Convocatório e aos da proposta da CONTRATADA, às normas da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a toda legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com a citada lei
- 16.2.** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta contratação e extinguir o Contrato celebrado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, quando:
- 16.2.1.** A CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 181/2013 e nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);
- 16.2.2.** A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;
- 16.2.3.** A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;
- 16.2.4.** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados, a Contratada declara ter recebido e concordado com a Política de Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e que adere as ações determinadas no Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados, o qual passa a fazer parte integrante deste CONTRATO como **Anexo III**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO

Na hipótese de inobservância de qualquer uma de suas cláusulas ou por razões de interesse do Serviço Público, este Contrato poderá ser extinto nos termos dos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, será competente o foro da Comarca de São Paulo.

NADA MAIS. Lido e achado conforme pelas partes, lavrou-se este Contrato, por todos assinado, atendidas as formalidades legais.

São Paulo, data registrada em sistema.

[REPRESENTANTE DO TRIBUNAL]

[____ cargo do representante____]
(assinado digitalmente)

[REPRESENTANTE DA EMPRESA]

[____ cargo do representante____]
(assinado digitalmente)